



ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

**Novos Compromissos: Requalificação Urbana e Preservação
do Património Urbano. O Caso do Bairro Operário.**

Rafaela Vanuza Guerreiro Teles Carreira

Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos

Data (Novembro, 2017)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Urbanos, realizada sob a orientação científica de Pedro Miguel Alves Felício Seco da Costa

Às minhas duas avós, Joaquina e Paula.

À minha mãe e ao meu pai, Elizabeth e Rui.

Aos meus irmãos, Dani, Giovanni e Nuno, que sejam o que gostarem de ser!

AGRADECIMENTOS

Gratidão: sem ela nada é verdade, só um imenso vazio....

Agradeço aos meus pais pelo grande contributo e apoio que deram à este capítulo da minha vida, sem eles nada teria sido possível. Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Costa, pelo enorme apoio que me deu mesmo quando pensei que não seria capaz, sem ele esta dissertação teria sido mais pobre certamente. Aos meus colegas de mestrado pelos intermináveis e grandiosos momentos de partilha, fiquei mais cabeçuda a cada conversa, Flávio, Marta, Carolina, Inês, Kássia e Pedro. À equipa da BS Architect por me ter me ajudado com as entrevistas aos arquitetos das administrações municipais de Luanda e pelo material que me forneceram. À Erika Batista por me ter apoiado com as fotos do Bairro Operário. Aos meus amigos e a minha família pelo apoio incondicional que me deram ao longo deste trajeto, especialmente a Isilda Duarte, Raul Duarte, Denise Janaína, Ivana Maíse, Mónica Almeida, Marina Graça, Henda Mendonza, Marta Vino, Carolina Piccolo, Erika Batista e Alexandre Yewa. Obrigada!

“Novos Compromissos: Requalificação Urbana e Preservação do Património Urbano.
O Caso do Bairro Operário”

Rafaela Vanuza Guerreiro Teles Carreira

RESUMO

Estão em curso em Angola programas de requalificação e renovação urbana parte do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo que têm levado a construção de novas cidades e centralidades e à reabilitação de aglomerados populacionais. A carência habitacional que se intensificou nas últimas décadas encontra-se dentro do quadro de dificuldades que a quinta aglomeração urbana mais populosa de África enfrenta atualmente. Com o objetivo de melhor compreender a natureza das estratégias de desenvolvimento urbano desenhadas e encaminhadas pelo governo angolano no tratamento dos desafios da cidade de Luanda a pesquisa teórica e prática desta dissertação envolve uma exploração concetual sobre as noções de requalificação urbana e património urbano e uma reflexão do plano de requalificação urbana em curso num dos bairros mais emblemáticos da cidade, o Bairro Operário, à luz desses conceitos. São assim problematizados os conceitos de requalificação urbana e património urbano de acordo com os contextos em que originaram, e posteriormente contextualizados à realidade angolana.

Para um quadro mais completo do que se pretender analisar, estão reunidos contextos e acontecimentos que estimulam o debate sobre a importância de requalificar os musseques de Luanda. Sendo que cada lugar tem múltiplas narrativas que lhe dão sentido, o enquadramento histórico sobre o crescimento urbano de Luanda e do objeto de estudo constituíram-se como elementos essenciais na exploração do paradigma do património urbano no contexto dos programas de intervenção urbana na cidade de Luanda.

Palavras chave: musseques, requalificação, património urbano, Luanda, Bairro Operário.

ABSTRACT

Urban requalification and rehabilitation programmes are underway in Angola, part of the National Housing and Urban Development Program, which has led to the construction of new cities and centralities and to the rehabilitation of urban settlements. The housing shortage that has intensified in the last decades is within the framework of the difficulties currently faced by the fifth most populous urban agglomeration in Africa. In order to better understand the nature of the urban development strategies designed and directed by the Angolan government in the treatment of the challenges of the city of Luanda, the theoretical and practical research of this dissertation involves a conceptual exploration of the notions of urban renewal and urban heritage and a reflection of the urban requalification plan under way in one of the most emblematic neighbourhood of the city, Bairro Operário, in the light of these concepts. Thus, the concepts of urban requalification and urban heritage are problematized according to the contexts in which they originated, and later contextualized to the Angolan reality.

For a more complete picture of what one wants to analyse, there are gathered contexts and events that stimulate the debate on the importance of *musseques* in Luanda. Since each place has multiple narratives that give its meaning, the historical framework on Luanda's urban growth and the object of study were essential elements in the exploration of the paradigm of urban heritage in the context of the urban intervention programs in the city of Luanda.

Keywords: musseques, requalification, urban heritage, Luanda, Bairro Operário.

ÍNDICE

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO II: Desenho da pesquisa	13
II. 1. Formulação do problema	13
II. 2. Objetivo da pesquisa	19
II. 3. Metodologia	22
CAPÍTULO III: Requalificação urbana e património urbano	26
III. 1. Espaço urbano em mutação: desenvolvimento urbano	26
III. 2. Requalificação urbana em definição.....	34
III.3. Património urbano em definição	38
III. 4. Síntese: requalificação urbana e património urbano	45
CAPÍTULO IV: A urbanização da cidade de Luanda	47
IV. 1. A cidade e a história.....	47
IV. 1.1. Pensamento e prática urbanística.....	49
IV. 1.2. Crescimento e desenvolvimento urbano	55
IV. 2. O Bairro Operário: tempo e espaço.....	67
CAPÍTULO V: Resultados e discussão.....	74
V. 1. O plano de requalificação do Bairro Operário.....	74
V.2. Metodologia e estratégias da requalificação do Bairro Operário..	81
V.3. Análise qualitativa dos dados das entrevistas.....	84
V.4. Plano diretor geral metropolitano de Luanda	87
V.5. Luanda: para quem se requalifica?.....	90
CAPÍTULO VI: Considerações finais.....	95
Referências bibliográficas	98

Lista de Figuras	104
Lista de Fontes das Figuras utilizadas	106
Anexo I	109
Anexo II	109

Capítulo I: Introdução

O tema escolhido para esta dissertação teve como ponto de partida as intervenções de requalificação urbana em curso em muitas zonas da cidade de Luanda. A colossal expansão que Luanda sofreu, fruto de décadas de conflito militar, obrigou a uma mobilização populacional para fora dos limites da cidade, levando ao crescimento confuso de muito bairros periféricos e à degradação geral da área urbanizada.

Atualmente a grande maioria dos luandenses vive em bairros sem infraestruturas, os musseques; enquanto uma outra parte vive em bairros nos limites centrais mas em edifícios altamente degradados (conquanto privilegiados pelo rápido e fácil acesso aos serviços mais básicos); uma outra parte mas ínfima vive em condomínios fechados no município de Belas a sul do município de Luanda; e por fim uma outra parte cada vez mais crescente começa a habitar as centralidades construídas pelo Governo de Angola nos últimos anos.



Figura 1: Proposta de limites urbanos no PDGML 2015¹

Estão em curso em Angola programas de requalificação e renovação urbana parte do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo que têm levado a construção de novas

cidades e centralidades e à reabilitação de aglomerados populacionais (Martins, 2015). A carência habitacional que se intensificou nas últimas décadas encontra-se dentro do quadro de dificuldades que a quinta aglomeração urbana mais populosa de África enfrenta atualmente (UN Habitat, 2016). Com o objetivo de melhor compreender a natureza das estratégias de desenvolvimento urbano desenhadas e encaminhadas pelo governo angolano no tratamento dos desafios da cidade de Luanda a pesquisa teórica e prática desta dissertação envolve uma exploração concetual sobre as noções de requalificação urbana e património urbano e uma reflexão do plano de requalificação urbana em curso num dos bairros mais emblemáticos da cidade, o Bairro Operário, à luz desses conceitos. O Bairro Operário, nascido nos anos 30, está em processo de requalificação; o projeto está feito e será analisado neste trabalho; já algumas habitações foram demolidas e as famílias realojadas em duas áreas distintas: algumas no edifício Anangola construído no bairro como parte do programa e outras transferidas para o Zango. O Zango é uma localidade há cerca de 20 km do centro da cidade, construído no município de Viana em 2003 para realojar as famílias que viviam nas encostas da Boavista e do Sambizanga (Cambala, 2011) mas que em 2007 acabou por sofrer um processo de urbanização (Angop, 2008), e desde então tem auxiliado os programas de regeneração e requalificação urbana do governo nas questões dos realojamentos onde são construídas habitações sociais para apoiar a população que vive nas áreas de intervenção.

Deste modo, para início de discussão, são problematizados os conceitos de requalificação urbana e património urbano de acordo com os contextos em que originaram, e posteriormente contextualizados à realidade angolana. Através do método de análise utilizado fomenta-se uma reflexão em torno dos elementos que têm (ou que se defende como tal) valor simbólico numa cidade que contrasta um conjunto de realidades como consequência da sua trajetória histórica. Como é evidente, esta abordagem irá espelhar igualmente o que, conforme o entendimento teórico e histórico, se definem como condições essenciais na formulação do que importa potencializar, dinamizar e preservar numa requalificação urbana. Porque se considera essencial esta reflexão? Porque ela permite questionar a uniformização de conceitos e modos de atuação no campo do urbanismo em contextos desiguais e no efeito que têm na intensificação da

¹ As fontes de todas as figuras estão referenciadas na lista de fontes utilizadas na página 104.

dualidade entre o que se define como cidade formal e informal. Logo, observando as condições em que o Plano de Requalificação no Bairro Operário se desenvolve, em paralelo com os conceitos e processos (teoria em ação) analisados, questiona-se dentro do que efetivamente se produz a possibilidade de se criar uma Luanda em que o “Direito à Cidade” não se manifeste somente em discursos, mas que se expresse verdadeiramente na realidade urbana através de uma ode às dimensões simbólicas e culturais (sem formalismos).

Para um quadro mais completo do que se pretender analisar, estão reunidos contextos e acontecimentos que estimulam o debate sobre a importância de requalificar os musseques de Luanda. Sendo que cada lugar tem múltiplas narrativas que lhe dão sentido e que interessam analisar tanto para fins sociológicos, antropológicos, arquitetónicos como urbanísticos, o enquadramento histórico sobre o crescimento urbano de Luanda e do objeto de estudo constituíram-se como elementos essenciais na exploração do paradigma do património urbano no contexto dos programas de intervenção urbana na cidade de Luanda.

Assim, no terceiro capítulo faz-se uma breve exploração sobre o desenvolvimento urbano de cidades onde existe uma confluência histórica (Luanda incluída) e dos variados modelos e processos de intervenção que essas cidades em nome da estética, da higiene, da arte ou da política acolheram e desenvolveram ao longo do tempo a medida que cresciam em população e área.

No capítulo seguinte analisa-se o crescimento e o desenvolvimento urbano da cidade de Luanda em dois períodos importantes: o período colonial e de pós-independência, a partir de variáveis que contribuíram também para a projeção das hipóteses desta pesquisa, ao mesmo tempo que se desenvolve uma contextualização histórica do objeto de estudo desta dissertação.

O objetivo dos capítulos três e quatro foi reunir informações que interligadas abrem um caminho para a reflexão dos processos de intervenção urbana que condensam aquilo que é o modelo de desenvolvimento urbano preconizado nos planos atuais de desenvolvimento do Governo de Angola; como tal a breve exploração teórica sobre formas de intervir e pensar o espaço urbano, juntamente com a história da cidade de Luanda e do Bairro Operário, faz-nos chegar ao capítulo final, onde um cruzamento entre

tudo o que ao longo do trabalho se observou, em simultâneo com a análise do Plano de Requalificação do Bairro Operário, com as declarações de representantes do Governo sobre os procedimentos do plano, com as entrevistas realizadas aos moradores do Bairro Operário, enquadrados no mais novo instrumento de gestão urbana da província de Luanda, o Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda, permitem-nos perceber em que circunstâncias e a partir de que princípios se desenvolvem as intervenções em algumas espaços urbanos da cidade de Luanda.

Capítulo II: Desenho da Pesquisa

II. 1. Formulação do problema

A abordagem de Morag Bell no capítulo “Imagens, mitos e geografias alternativas do Terceiro Mundo” do livro *Geografia Humana* (Bell et al., 1994) sobre os condicionalismos das ciências sociais ocidentais e a crença no progresso tecnológico na definição de desenvolvimento é o ponto de partida deste capítulo. Foi intencionalmente escolhida para a discussão inicial de um contexto que ainda insiste em se tornar dominante ou pelo menos parecer hegemónico. Analisando o quadro político, económico e social de vários países, parece-me claro que a definição de desenvolvimento deve ser relativizada, isto é, ela não deve ser imposta porque o potencial e a trajetória histórica de cada lugar é única. Cada país, ou cada cidade, pela complexidade que o desafio impõe, deverá recolher as variáveis que melhor se adequam à sua realidade e não deverá, portanto, confundir desenvolvimento com riqueza ou pobreza cultural e muito menos com progresso tecnológico porque aí os fundamentos que questionem estas suposições ilusórias não se esgotam e é disso que se discute nos parágrafos seguintes.

A construção do desenvolvimento enquanto conceito teórico forma “uma parte essencial do relacionamento da Europa com países não-ocidentais, um relacionamento com suas raízes no imperialismo e no colonialismo e carregado de contradições e conflitos” (Bell et al., 1994, p.190), e sendo importante entendê-lo num momento em que se reconhece o fracasso constante de programas de desenvolvimento na grande maioria dos países africanos, a questão é introduzida nesta pesquisa de modos a entendermos as consequências da uniformização de conceitos e estratégias, da tentativa de se elevar culturas desacreditando outras, e por fim, de crermos na possibilidade de desenvolvimento ter uma visão única baseada na convicção de progresso económico e tecnológico.

Na ideia de necessidade de propagação e implementação pelo que se designa por desenvolvimento está o “senso de superioridade nacional e racional que fomentou a representação incorreta de outras sociedade e grupos” (Said, 1978; citado por Bell, 1994, p.192), sendo que este sentimento de superioridade cultural no final do século XIX tornou-se na justificação moral para a expansão imperialista e colonialista usada pela Inglaterra, que ao mesmo tempo traduziu-se na crença de superioridade científica e técnica (Bell et al., 1994, p.193).

Dessa forma, a problemática que se apresenta, constitui uma abordagem que procura combater as fragilidades de dogmatismos ou formalismos que para os objetivos pretendidos nesta pesquisa, mais do que uma tentativa de questionar como as coisas são feitas no campo do urbanismo, é antes um esforço (necessário) para se entender porque são feitas, ou seja, procura-se transcender visões reducionistas. Talvez porque a alienação cultural (do sujeito africano moderno) que se manifesta numa visão deturpada dele próprio e daquilo que defende e pretende alcançar possa ser explicada pela imposição de uma uniformização de conceitos, de modos de vida em nome do <<desenvolvimento>>. Assim, pela importância que o assunto reivindica, torna-se num desafio constante e essencial para questões de desenvolvimento urbano, questionar antes o que é isso de desenvolvimento? É garantir o acesso a equipamentos e serviços? É preservar os recursos e o ambiente? É garantir a expressão identitária das populações?

Assinalada a ambiguidade do conceito, partilha-se a definição do Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) no seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano lançado em Londres em 1990:

“ Human Development is a process of enlarging people’s choices. In principle, these choice can be infinite and change over time. But at all levels of Development, the three essential ones are for people to lead a long and healthy life, to acquire knowledge and to have access to resources needed for a decent standard of living. If these essential choices are not available, many other opportunities remain inaccessible (...) Human Development has two sides: the formation of human capabilities (...) and the use people make of their acquired capabilities” (UNDP, Human Development Report, 1990, p.10).

A partir desta definição a *United Nations Development Programme – UNDP* estabeleceu um modelo de atuação que foi visível naquilo que identificou como sendo um dos objetivos centrais das suas estratégias de atuação (a sua missão): *“reduce the number of people in poverty in each country by the year of 2000”* (UNDP, 1990, p.61), e como tal “para alcançar-se a meta predefinida” (Bell et al., 1994, p.199), determinou-se “um processo cuidadosamente orientado de mudança social, económica e política” (Idem). Contudo, neste relatório já os países tinham sido separados em “desenvolvidos” e “não desenvolvidos”, o que significa que já haviam sido consideradas variáveis que sustentassem tal definição e que ignoravam o contexto histórico dos países. Dentro

desta perspectiva, no relatório de 1990 e nos seguintes, desenvolvimento humano é medido através de um índice que foi designado por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que serve para comparar os países segundo o seu “grau de desenvolvimento” através das seguintes variáveis: expectativa de vida ao nascer (saúde), nível de literacia (educação) e renda (medido pelo Produto Interno Bruto).

Na definição de desenvolvimento do PNUD foram salientadas dimensões que permitiam definir o nível de desenvolvimento de um país, ou seja, se para cada variável da vida existem infinitas possibilidades, para a variável desenvolvimento, aquelas são as hipóteses que permitem defender desenvolvimento enquanto teoria e objetivo universal. E dessa forma, apresenta-se uma “visão de uma sociedade ideal que prescreve implicitamente, à guisa de solução, como as pessoas deveriam viver” e como consequência disso “as ideologias ocidentais de modernização e desenvolvimento impunham uma identidade sobre as sociedades não ocidentais” (Bell et al., 1994, p.203), que alimentadas pela “aparente superioridade dos sistemas ocidentais de conhecimento” acabaram por justificar “a ânsia da Europa em modernizar a periferia”. Esta atitude também está na base de uma “preocupação com o desenvolvimento humano com questões voltadas para evolução e progresso” que “com as sucessivas décadas de desenvolvimento das Nações Unidas”, “correntes de pensamento difusionistas e intervencionistas tentaram redefinir a modernidade”, passando de “crescimento económico” para uma preocupação em atender “as necessidades humanas básicas”, a que se acrescentaram, mais tarde, depois as preocupações com outras dimensões do desenvolvimento sustentável, atualmente assumidas pelas instituições internacionais, como a qualidade e a preservação dos recursos, a participação cívica, os direitos de cidadania ou a expressão cultural e identitária.

A construção de imagens negativas e distorcidas em relação ao outro desconhecido (Fromm, 1957, p.74), que vinculado às sucessivas reestruturações sociais e económicas que submeteu ou foi submetido conduziu sucessivamente ao florescer de um senso de superioridade cultural, de negação, preocupação moral e exploração do outro que Morag Bell observou (Bell, 1994, p. 205). A partir disso, o mundo acabou por ter sido dividido em países desenvolvidos e não desenvolvidos, em primeiro, segundo e terceiro mundo, norte e sul, centro e periferia, que como Bell explica, quando o conceito político de Terceiro Mundo

como “símbolo de distinção política e de resistência” (Bell et al., 1994, p.189) foi subvertido e transformado em “rótulo pejorativo” acabou por ocultar “divisões e diversidades históricas e contemporâneas dentro de Norte e Sul, centro e periferia” e intensificou o discurso e o aparente compromisso de “desenvolver a periferia através da influência modernizante e progressista da ciência e tecnologia ocidentais” (Bell et al., 1994, p.205), construindo-se consequentemente uma “justificativa moral para essas intervenções responsabilizando a periferia por seu próprio aparente subdesenvolvimento” (Idem).

Permanece, no entanto, esta diferenciação estereotipada entre norte e sul, mas que dentro das várias faces que o termo desenvolvimento pode assumir, sendo a diversidade a regra, não existe assim um modo único de ser, viver ou sentir. Negarmos essa condição é contestarmos os pressupostos da relatividade cultural, é nos conformarmos com “filosofias absolutistas” (Benedict, 1934, p.183) que nos reduzem à “ilusões de autonomia individual” (Idem). O que significa que, não existindo uma cultura suprema ou universal e tão pouco mais desenvolvida que outra, relativizemos a cultura, relativizemos os conceitos. Pois só poderemos ultrapassar visões redutoras de nós mesmos e dos outros “adotando como razões de esperança e novas bases de tolerância os padrões de vida coexistentes e igualmente válidos, que a humanidade criou para seu uso a partir das matérias primas da existência (Benedict, 1934, p.183).

Perante tais condições os estudantes na área dos Estudos Urbanos devem igualmente despir-se de ideias pré-concebidas e representações distorcidas da realidade, por mais árduo que o exercício seja, porque se o objetivo é investigar e analisar os problemas complexos que as cidades hoje enfrentam é fundamental antes de qualquer coisa perceber que as pessoas devem ser o ponto inicial para qualquer intervenção urbana em nome do desenvolvimento, por pessoas entende-se os seus modos de vida, as suas formas de se relacionar e organizar. Por este motivo é necessário que, primeiramente e acima de tudo, que os conceitos tradicionais de desenvolvimento que sustentam planos de desenvolvimento, “imbuídos de um espírito de superioridade científica e profissional” (Bell et al., 1994, p.205), e programas de intervenção urbana sejam repensados, ou seja, é necessário que se adote medidas ajustadas à cada realidade, que se questione o mito do progresso tecnológico, que se deixe de alimentar “intervenções culturalmente insensíveis (Idem) que sustentam e defendem um estado ilusório de “paisagem ordenada”, de

“economias eficientes e sociedades disciplinadas”, ou ainda de manipular a realidade através da desumanização dos povos em nome do progresso ou crescimento económico.

É deste modo, como parte da tendência universal para a homogeneização de conceitos, que desenvolvimento urbano nos dias de hoje é assumido tendo em conta um conjunto de condições como a participação cívica, o respeito pela diversidade cultural ou ainda a proteção do ambiente, independentemente do contexto em causa.

No relatório da UN-Habitat *“World Cities Report 2016”*, as cidades são definidas como lugares que criam riqueza, geram emprego e orientam o progresso humano, e que urbanização promove igualmente mais produtividade, oportunidades e qualidade de vida. Todavia, se analisarmos o processo de urbanização de inúmeras cidades como se verá no capítulo três em relação ao caso de Luanda, essa urbanização tem sido marcada por aquilo que UN-Habitat designa por *“persistent urban issues”* dos últimos vinte anos como: crescimento urbano desordenado, crescimento de assentamento informais, dos *slums* (musseques em contexto angolano, favelas em contexto brasileiro), exclusão social, segregação espacial, aumento da pobreza. Por conseguinte, para combater os *“persistent urban issues”* e ao mesmo tempo assessorar os governos de todo mundo para um “desenvolvimento urbano sustentável” a UN-Habitat na Habitat III (2016) defendeu a importância dos governos garantirem um quadro de políticas consistentes, com ações concretas e com mecanismos de financiamento claros que sejam capazes de promover cidades e assentamentos humanos ambientalmente mais sustentáveis, socialmente inclusivos, e economicamente mais produtivos. Neste documento e nos anteriores elaborados pela UN-Habitat, as cidades estiveram na vanguarda de “estratégias para um desenvolvimento sustentável”, de tal forma que na primeira conferência em Vancouver em 1976, os governos são tidos como os atores responsáveis pela criação de planos territoriais, pela definição de políticas para os assentamentos e de programas que fomentem mais qualidade de vida (Habitat I, 1976). Assim, tanto na Habitat I, Habitat II como na Habitat III foram definidos modos de atuação para variados atores, onde os governos são os protagonistas através da criação de políticas, planos e programas que promovam melhor qualidade de vida e garantam “o direito à cidade”. Contudo, se considerarmos o que foram as tendências e as dinâmicas na maioria dos países nos últimos anos, os instrumentos de planeamento e gestão urbana não têm resolvido o problema da exclusão e marginalização

social. O que nos leva a questionar o que realmente representou e representa efetivamente “desenvolvimento urbano sustentável” desde a primeira conferência em Vancouver?

No caso concreto que nos interessa, por questões fundamentalmente políticas a cidade de Luanda alterou-se significativamente nos últimos anos que nem as recentes políticas e instrumentos de planeamento e gestão urbana da cidade parecem conseguir encontrar soluções para inverter o crescimento acelerado, difuso e fragmentado de Luanda. Os poderes públicos que guiam a linha de desenvolvimento têm objetivos desarmónicos, resultando numa transformação guiada por uma lógica onde os interesses privados internos e externos acabam por ser os protagonistas que face ao atual crescimento populacional, a pressão sobre as áreas urbanas de Luanda, a falta de infraestruturas básicas em grande parte do tecido urbano aliada à incapacidade de subjugarlos aos instrumentos de gestão urbana vigentes (PDGML, 2015) os musseques continuam a crescer, a pobreza urbana aumenta (Idem), as doenças causadas por insalubridade não deixam de acontecer e o crescimento harmonioso da cidade parece um objetivo cada vez mais impossível de ser concretizado.

É, portanto, através da problematização do conceito de desenvolvimento que se exploram nesta pesquisa formas de atuação no espaço urbano desenvolvidas em nome da requalificação urbana usando as premissas de preservação do património urbano. Assim, com o objetivo de relativizar conceitos questionando modelos de desenvolvimento urbano escolhe-se a cidade de Luanda como campo exploratório, e especificamente o Bairro Operário, um bairro de areia batida a poucos metros do centro da cidade, que carrega em si um valor simbólico que é alimentado pela memória coletiva através de poemas e canções. Portanto, pelo Bairro Operário ser atualmente objeto de um Plano de Requalificação Urbana, pela singularidade da sua história ter alimentado a construção de uma imagem de bairro histórico, por permitir uma articulação entre discurso e prática, requalificação urbana e património urbano, desenvolvimento urbano e globalização, o Bairro Operário enquadra-se nos tópicos que se pretendem discutir, e será um bom exemplo para questionar os desafios práticos às noções de desenvolvimento urbano e à sua operacionalização através de instrumentos de planeamento e gestão urbana.

Orientando e alargando deste modo a discussão sobre os desafios que Angola enfrenta em questões de desenvolvimento urbano, esta pesquisa tem como objetivo subjacente analisar e refletir sobre as questões que definem a Luanda contemporânea.

II. 2. Objetivo da pesquisa

O objetivo desta dissertação consiste em analisar o modelo de desenvolvimento urbano que tem sido seguido em Angola para combater a dicotomia entre cidade formal e informal através da problematização dos conceitos de requalificação urbana e património urbano contextualizados na realidade angolana.

Questionar as condições urbanas da Luanda contemporânea num contexto de globalização é refletir sobre duas grandes questões:

1º É mencionado no relatório da UN-Habitat *“World Cities Report 2016”* que a população urbana africana irá duplicar e área urbana triplicar até 2030 (UN-Habitat, 2016), onde segundo as previsões do relatório *“The state of Africans Cities 2014”*, Luanda tornar-se-á numa megacidade com mais de 10 milhões de habitantes até 2030 (UN-Habitat, 2014). Se, teoricamente, viver na cidade significa melhor qualidade de vida pelo acesso aos serviços públicos, Luanda está longe de, nas circunstâncias atuais, cumprir esta condição.

2º A crise atual das metrópoles africanas, que crescem desreguladamente impondo estratégias desesperadas de sobrevivência para a grande maioria da população, apontam para uma urgente necessidade de se redefinir políticas e instrumentos de planeamento e gestão urbana que se adequem às realidades de cada cidade, o que significa que é necessário estarmos conscientes do que somos e de onde queremos chegar.

Se o sistema tende a fechar a reflexão, (Lefebvre, 2012, p.15), pretende-se neste trabalho abrir o pensamento e alargar o debate para que dentro daquilo que pode ser feito, seja aberto um novo caminho, o da partilha e cooperação. Evidentemente que dentro da complexidade do estado de crise das cidades onde múltiplas forças com objetivos na maioria discordantes entre si influenciam o modelo de desenvolvimento urbano, seja difícil definir um único caminho, que para casos específicos como no de Luanda não poderão, de forma alguma, ser descartados vários “pensares” fundamentalmente num tempo onde a noção de produzir transcendeu as barreiras do

que é verdadeiramente indispensável e onde a banalidade do fazer só por fazer substituiu o fazer com algum sentido.

Sendo urgente uma verdadeira leitura e por de dentro dos problemas que continuam a manter o continente Africano refém de grupos dominantes (sejam eles internos ou externos) e que adiam todo o processo de reintegração e cooperação, admite-se que para Angola sejam necessárias um conjunto de condições que constituem as hipóteses da pesquisa:

1- A renovação do debate filosófico em Angola é o ponto inicial para uma rutura da alienação política, económica, social e cultural e para o renascer de uma nova consciência acerca dos desafios do país.

(o que somos?)

2- Sendo a arquitetura e o urbanismo capazes de definir as relações sociais e a qualidade de vida urbana e considerando também a história dos lugares como fator primordial na direção de um novo urbanismo, neste sentido, os programas de requalificação dos musseques em Luanda devem garantir a possibilidade de se responder aos desafios atuais sem pôr em causa a liberdade de qualquer o indivíduo de fazer a sua história.

(o que queremos?) (para onde vamos?)

Portanto, considera-se essencial nesta pesquisa uma verdadeira interpretação das circunstâncias – globalização e planeamento global - em que a cidade de Luanda atualmente cresce e se urbaniza, e que só através de uma abordagem epistemológica que explora épocas, contextos, situações, acontecimentos e discursos diversos nos permite compreender a realidade urbana da Luanda contemporânea. Considera-se assim como premissa fundamental desta pesquisa a convicção de que a operacionalização de modelos de desenvolvimento (social, urbano, económico) deve ser relativizada e adaptada às especificidades locais.



Figura 2: Localização do Bairro Operário

É neste sentido que se opta nesta pesquisa por uma análise a um bairro que nasceu no tempo colonial, que congregou gentes dos vários cantos de Angola, e que conforme mostra Jacques Arlindo dos Santos no seu livro o “ABC do Bê Ó”, “é um Bairro que assumiu expressão notável da vida urbana luandense e nacional” (Santos, 1999, p.10). Assim, analisar o Bairro Operário transporta-nos para uma discussão entre perceções e discursos que congregam os conceitos e as problemáticas apresentadas que com a análise do plano de requalificação de que é objeto, possa ser possível verificar as hipóteses estabelecidas.

Se a crise da cidade não se dá “sem uma crise das instituições à escala da cidade, da jurisdição e da administração urbana” (Lefebvre, 2012, p.101), de que forma se poderá manifestar o “Direito à Cidade”- desenvolvimento urbano– em Luanda?

II.3. Metodologia

A presente pesquisa assenta numa abordagem teórico reflexiva, considerando como premissa metodológica o entendimento das dimensões essenciais do objeto de estudo, em que o enquadramento teórico dos conceitos de requalificação urbana e património urbano se constituem como peças diretivas de todo o processo de investigação. Por se reconhecer

que a verificabilidade do conhecimento teórico implica o seu confronto com os processos ou fenómenos que procura compreender, usa-se uma diversidade de procedimentos metodológicos, assentes essencialmente na análise qualitativa, tanto de informação já disponível previamente (planos, estudos anteriores), como de informação recolhida diretamente (pelas vias de observação direta e da realização de entrevistas semiestruturadas).

Este percurso baseia-se numa interação empírica que parte inicialmente de uma leitura do Plano de Requalificação do Bairro Operário facultado pelo Instituto de Planeamento e Gestão Urbana da Província de Luanda (IPGUL) onde são recolhidos os objetivos gerais em termos de construção do espaço e de seguida o seu confronto com a exploração teórica desenvolvida no capítulo três. Na prática, o trabalho de campo decorreu entre Abril de 2017 à Junho de 2017 na cidade de Luanda e foi complementado por uma análise à distância que consistiu numa exploração mais aprofundada de conceitos teóricos pertinentes para os objetivos da dissertação.

A metodologia aplicada progrediu conforme os passos seguintes:

1º Recolha de referências bibliográficas – livros, artigos e dissertações – que permitissem refletir sobre a problemática e para que conforme as questões que se foram levantando fosse possível fazer uma analogia entre teoria e prática.

2º Consulta de documentos sobre a história da cidade de Luanda na Biblioteca Municipal de Luanda, no Centro Cultural Português em Luanda e em outras bibliotecas na cidade de Lisboa;

3º Visitas constantes ao Bairro Operário realizadas em horários diferentes que consistiam:

- Na observação das dinâmicas do bairro e no quotidiano dos moradores;
- Na investigação dos primeiros processos de demolição e realojamento das famílias;

4º Entrevistas semidirectivas a moradores do Bairro Operário (ANEXO I), escolhidos de forma aleatória. Foram entrevistadas catorze pessoas individualmente e em suas próprias habitações (residindo em sete habitações diferentes). Todos os entrevistados

nasceram e cresceram no bairro com a exceção de um que se teve a oportunidade de entrevistar, que apesar de já não lá residir, visita o bairro frequentemente.

Habitação	Indivíduos entrevistados	Idade
A	3	20 a 30 anos
B	1	20 a 30 anos
C	2	30 a 40 anos
D	3	40 a 50 anos
E	3	40 a 50 anos
F	1	50 a 60 anos
G	1	60 a 70 anos

Figura 3: Estrutura da distribuição e caraterísticas dos entrevistados

Note-se que apesar do carácter aleatório da amostra, face à sua reduzida dimensão e aos objetivos da pesquisa, não se pretende ter ambição de extrapolação dos resultados para o universo, mas apenas caracterizar e tirar conclusões sobre os indivíduos inquiridos.

5º Entrevistas a dois técnicos envolvidos no processo de planeamento (ANEXO II): um arquiteto do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana da Província de Luanda (IPGUL) que é a entidade responsável pela coordenação de todas atividades de ordenamento, planeamento e gestão urbana da província de Luanda, e um outro arquiteto da Administração Municipal de Luanda, que inicialmente era uma das entidades responsáveis pelo processo de requalificação. Estas entrevistas tinham como objetivo ter informações sobre o plano e de todas as atividades e processos a ele inerente;

6º Recolha de informações em canais de comunicação angolanos (Jornal de Angola, Jornal O País e África 21 Digital) sobre os métodos de intervenção no âmbito do plano;

7º Análise do novo Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda a partir dos conceitos de requalificação urbana e património urbano.

Durante o processo de recolha de dados deparou-se com as seguintes situações, que foram exigindo novos desafios e reorientações à pesquisa, à medida que o trabalho avançava:

1º Inexistência de estudos recentes sobre o Bairro Operário nos quais se pudesse obter informações da estrutura sociodemográfica do bairro;

2º Durante a visita ao IPGUL, onde se pretendia ter acesso ao plano, teve-se conhecimento de que este não era o responsável pela coordenação do plano e que também não tinha informações sobre o estado atual do processo e nem da entidade responsável pelo planeamento, coordenação e monitorização, o que dificultou a obtenção de informações mais concisas sobre as perspectivas concretas do plano;

3º Embora algumas habitações já tenham sido demolidas e as famílias realojadas, pelo processo estar paralisado não foi possível identificar a entidade responsável pelas obras de construção;

4º O plano de requalificação do bairro não é público, pelo que não sabemos se o mesmo existe, contudo foi-nos disponível pelo IPGUL o plano mais com uma vertente mais visual, com esquemas e desenhos, onde é possível observar a nova proposta de configuração do espaço, a área urbana a requalificar, a demolir e o zoneamento que será implementado.

As entrevistas aos moradores do Bairro Operário como parte do método de análise, serviram para obter informações sobre as perceções dos moradores em relação ao próprio bairro e sobre todo o processo de intervenção. Do mesmo modo, as entrevistas aos arquitetos permitiram que se obtivesse alguns dados sobre a operacionalização do plano. Torna-se assim possível desenvolver na fase final uma articulação entre as entrevistas realizadas com as declarações de representantes oficiais do governo sobre o plano para se entender como o processo todo de requalificação do bairro se desenvolve e o que se pretende alcançar com as estratégias traçadas. Procurou-se ao máximo fazer uma leitura responsável de cada entrevista, baseada numa grelha de leitura assente nas dimensões de análise identificadas no trabalho, e recolher o essencial. Contudo, os constrangimentos que se encontraram relativamente a inexistência de mais informações sobre o plano constituem relevante significado para a discussão final.

Tendo em conta esta estrutura metodológica, a análise efetuada e apresentada nos capítulos seguintes organiza-se em três momentos: faz-se inicialmente no capítulo três uma breve abordagem sobre o crescimento e desenvolvimento urbano dos contextos

percursores de conceitos teóricos no campo da arquitetura e do urbanismo que foram determinantes para a configuração de inúmeras cidades africanas e no nascimento de um modo de vida urbano em África. A ideia passa por estabelecer essencialmente uma relação entre épocas, sistemas e experiências que são indissociáveis do modo de produção do ambiente urbano que sucedeu em várias cidades africanas. No capítulo quatro, em que se faz uma exposição do crescimento urbano de Luanda, estão reunidas informações que estimulam o debate sobre a importância de requalificar os musseques de Luanda a partir da evolução histórica e partindo do pressuposto de que o musseque não é somente um espaço físico, mas um espaço humano e por conseguinte social. Por fim, o capítulo cinco, compreende uma articulação entre a discussão concetual levantada no capítulo três juntamente com a análise que se faz ao anteprojecto de Requalificação do Bairro Operário, e ao seu procedimento operacional a partir das declarações de representantes do governo nos canais de comunicação nacional e finalmente, junta-se a estas observações as entrevistas dirigidas aos moradores do bairro e a abordagem do novo PDGML relativamente aos processos de intervenção dos musseques. A partir daqui chega-se ao momento de discussão e interrogação do caminho que Luanda segue em termos de planeamento e desenvolvimento urbano.

Capítulo III: Requalificação Urbana e Património Urbano

“A crítica radical, tanto das filosofias da cidade como do urbanismo ideológico, é indispensável no plano teórico e no prático. Ela pode passar por uma operação de salubridade pública. No entanto, não se pode realizar sem longas investigações, análises rigorosas e um estudo paciente dos textos e contextos” (Lefebvre, 2012, p.53).

III. 1. Espaço Urbano em Mutação: Desenvolvimento Urbano

Os países africanos, conforme os conhecemos hoje, são fruto da presença e influência europeia que se tornou mais forte no século XIX após a Conferência de Berlim em 1885 em que foram delimitadas “esferas de influência entre as potências europeias” (Dopcke, 1999, p.82). “O desenvolvimento interno do capitalismo ocidental nos anos 1880 explica a redivisão territorial do mundo” (Hobsbawm, p.104), que manifestando-se através de numa maior ocupação e controlo de terras por parte dos governos europeus resultou numa maior exploração de matérias primas (Hobsbawm, 2002, p.104). Nesse contexto, em Angola, foi igualmente após a Conferência de Berlim que se iniciou uma ocupação efetiva de todo território angolano. Conhecer e entender as cidades angolanas construídas por europeus significa fazer um paralelo entre épocas para se perceber as várias etapas e condições em que tais transformações ocorreram. Importa, portanto, perceber as raízes do pensamento urbanístico que moldou o desenvolvimento destas cidades.

O período que corresponde ao apogeu do urbanismo clássico (século XVII) é essencialmente dominado pela França (Harouel, 2004, p.61). A relevância francesa na história do urbanismo é incontestavelmente confirmada através do seu protagonismo no desenvolvimento de projetos, legislações e práticas administrativas destinadas à organização do espaço, e também através de manifestos de filósofos, arquitetos, médicos, e de indivíduos que se interessaram pelas questões das cidades (Harouel, 2004, p.61). Estamos aqui perante ao que se denominou por “pensamento urbanístico” (Lefebvre, 2012, p.48), a regulamentação e administração do espaço edificado (Idem). É, portanto, a partir daqui que o urbanismo acabou por transcender a meras condutas de regulação do espaço

urbano para se tornar numa prática social somente alcançável através da confrontação de estratégias políticas (Lefebvre, 2012, p.49). E que, posteriormente, quando entendido como ideologia adquiriu formulações cada vez mais precisas, conduzindo a utilização de métodos de organização do espaço em nome da ciência e do rigor científico (Lefebvre, 2012, p.52). Por conseguinte, com as alterações científicas e técnicas realizadas na Europa a partir da segunda metade do século XVIII iniciou-se, de uma forma geral, por todo o mundo, nos séculos XIX e XX, uma explosão demográfica das cidades (Harouel, 2004, p.101).

Nos países europeus onde ocorreram as grandes transformações técnicas, o aumento da produtividade do trabalho conduziu ao aumento da produção global, de tal forma que Hobsbawm considerara o Imperialismo do final do século XIX como o produto de uma era de concorrência entre economias industrial-capitalistas rivais (Hobsbawm, 2002, p. 109). Assim, nos países que mais rápido se industrializaram o setor secundário passou a ser o grande beneficiário do desenvolvimento económico, e, por conseguinte, a população rural não teve outra saída se não movimentar-se para as cidades e como tal, o despovoamento do campo conduziu ao aumento da população nas cidades (Harouel, 2004, p. 102).

Generalizando, este era o cenário da Europa do século XIX. Mais a Sul, é somente no século XX que as cidades africanas conhecem o boom demográfico com as novas políticas coloniais e imperialistas que, segundo Hobsbawm, neste período, fizeram com que as cidades coloniais se tornassem “crescentemente significativas” pela possibilidade que suas terras ofereciam em alimentar a nova etapa do capitalismo” (Hobsbawm, 2002, p. 111). Em Angola isto acontece quando há uma ocupação colonial efetiva do interior do território (Robson et al. 2001, p.21). Nas zonas rurais, sobretudo no Norte e no Planalto Central, quando cresceu a “colonização agrícola europeia” (Robson et al. 2001, p.26), o aumento da expropriação de terras e de culturas agrícolas obrigatórias obrigou muitas famílias a abandonar as suas terras (Idem).

A partir de finais do século XIX, na Europa Ocidental industrial, há uma reformulação dos princípios urbanísticos que acabaram por ditar uma nova construção e visão do espaço urbano (Lefebvre, 2012, p. 21). Neste sentido, para Françoise Choay, a era industrial foi tanto um processo de transformação como de degradação do “ambiente humano” por representar a rutura dos modelos tradicionais de produção e abrir “uma fratura irreduzível entre dois períodos da criação humana” (Choay, 2015, p.137), “um antes que se encontra

acantonado o monumento histórico e um depois, com o qual começa a modernidade” (Idem). A industrialização enquanto “processo em desenvolvimento planetário” concedeu uma conotação universal aplicável à escala ao conceito de monumento histórico² (Choay, 2015, p.137), e enquanto “processo irremediável” contribuiu para “generalizar e acelerar as legislações de proteção do monumento histórico” (Choay, 2015, p.137).

No século XX os esforços nas questões das cidades europeias e coloniais centraram-se no planeamento urbano com o objetivo de ordenar o rápido crescimento urbano incentivado pela nova era industrial (Moassab, 2012). Essa nova forma de tratar a cidade ganhou nova inspiração, a noção “tradicional” de cidade passou a ser repudiada por inúmeros pensadores que elaboraram projetos que permitissem “reencontrar uma ordem perturbada pelo maquinismo” (Harouel, 2004, p.115) e disso nasce a principal corrente do urbanismo moderno, a corrente progressista inspirada no racionalismo do Iluminismo (Idem). Convém lembrar de que inúmeros escritores, intelectuais e artistas europeus foram se apercebendo dessa “ruptura traumática do tempo” (Choay, 2015, p.144), e disso nasceram inúmeras obras que tentavam mostrar o efeito de um processo que vinha “dividir a história das sociedades e os seus ambientes” (Choay, 2015, p.144). O mesmo aconteceu em Angola com o trabalho elaborado por Fernando Batalha denominado “Em Defesa do Património Histórico e Tradicional de Angola” onde argumentava que:

“Não vemos que o Estado, em Angola, se tenha interessado suficientemente pela defesa destes valores tão expressivos da cultura portuguesa, que ao mesmo tempo são fatores de soberania política, pelo que podem concorrer para a consagração dos nossos direitos históricos (...) o que se está passando em Luanda, por exemplo, é bastante elucidativo e confrangedor. Dia a dia vão desaparecendo sem comiseração belos e valiosos espécimes da arquitetura dos séculos XVII e XVIII, de tão característica expressão portuguesa (...)” (Batalha, 1968, p.10).

É evidente no manifesto de Fernando Batalha, o qual exigia mais atenção do governo português à progressiva conversão aos preceitos da corrente progressista do urbanismo,

² O conceito de monumento deriva do latim “monumentum” e tem origem do verbo “monare” que significa “fazer recordar”, mas a expressão e conceito “monumento histórico” surge pela primeira vez em França durante a Revolução Francesa (Choay, 2015).

uma visão colonialista que proclamava por “direitos históricos” e respeito aos valores da “cultura portuguesa”. É nítido que defendia como património histórico e exigia a sua preservação tudo o que havia sido construído pelos portugueses e para os portugueses, uma vez que a arquitetura, para Fernando Batalha, era a prova da “missão civilizadora” portuguesa (Batalha, 1968).

Para a arquiteta e urbanista Andreia Moassab, em termos de paradigmas, e de uma forma resumida, existem quatro modelos de compreensão e intervenção nas cidades influenciados pela Europa:

- As reformas urbanísticas em finais do século XIX inspiradas no Plano de Haussmann para Paris;
- A divisão territorial das cidades de acordo com as funções, conforme os princípios da “arquitetura modernista e funcionalista” do século XX preconizada na Carta de Atenas;
- Planos de intervenção que permanecem no “mundo das ideias” e ignoram a prática social de ocupação do espaço, em que a “matriz modernista” distancia-se cada vez mais da realidade;
- Planos urbanos para controlo do território segundo a “matriz funcionalista” do urbanismo moderno que colaborou com a política colonial em África (Moassab, 2012).

Este último paradigma, a matriz funcionalista do urbanismo moderno, ajudou a consolidar a política colonial em África através de planos urbanísticos porque permitiu configurar o espaço de forma a garantir mais controlo e consolidar o poder colonial. Em Angola, os trabalhos científicos produzidos no tempo colonial para as questões relativas à cidade revelam um planeamento altamente excludente e um claro “instrumento de poder e dominação” como se pode verificar na monografia de Ilídio do Amaral em 1968:

“(…) Ressalta logo à observação a existência de duas áreas urbanísticas e sociais: uma, que chamaremos cidade branca, pelos padrões de urbanização, em oposição à outra, dos musseques, de cubatas em disposição caótica, sem os benefícios da urbanização. O crescimento da cidade branca tem-se feito em regra, pela emissão de tentáculos que penetram pela amálgama de cubatas dos musseques,

obrigados assim a recuar para distâncias cada vez maiores, sobre a superfície muito regular do planalto.” (Amaral, 1968).

Voltando agora para o outro lado do mundo, mais a norte, é através do plano da cidade industrial do arquiteto Tony Garnier “onde se contra quase tudo o que está na base do urbanismo atual” (Harouel, 2004, p.119), onde a sua influência sobre os arquitetos da primeira metade do século XX torna-se evidente quando elaboram “o modelo urbanista progressista” (Harouel, 2004, p.119) e criam um movimento designado pelas iniciais CIAM que é uma sigla para “Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Idem). São os arquitetos do CIAM que vão elaborar em 1933 o manifesto doutrinal que ficou conhecido por “Carta de Atenas” onde contempla em grande parte as ideias de Le Corbusier (Idem). Argumenta Harouel que, para o urbanismo progressista, a cidade do século XX devia ser do seu tempo, ou seja, devia “afirmar a contemporaneidade de tudo aquilo que se traduz com o avanço da técnica: a indústria, o automóvel, o avião” (Idem). Embora na Carta de Atenas o artigo 65 preconizasse que “valores arquiteturais” devessem ser protegidos (Harouel, 2004, p.120), Harouel afirma que apenas alguns monumentos haviam sido considerados importantes, o que de certa forma acabava por expressar uma atitude um tanto presunçosa por concederem à eles próprios o direito de definir o que era digno de ser conservado, descartando a hipótese de que outros elementos pudessem igualmente gozar do mesmo direito de perpetuar o seu testemunho histórico.

É portanto, a partir da ânsia por uma “estética racional” que é aberto um caminho de desprezo à cidade antiga (Harouel, 2004, p.119) e foi evidente no quadro de exigências definido na Carta de Atenas em que cidade passou a ser vista como um verdadeiro “esquema urbano” que para Le Corbusier era válido em qualquer lugar do mundo e para qualquer pessoa (Harouel, 2004, p.121). Apesar dos conhecimentos que Le Corbusier desenvolveu sobre os problemas reais da cidade moderna, os mesmos constituíam uma ideologia (Lefebvre, 2012, p.52), com “o funcionalismo a reduzir a sociedade urbana à realização de algumas funções previstas e prescritas pela arquitetura (Idem). Porém, foi seguindo este princípio que os “urbanistas progressistas” difundiram as mesmas soluções para as cidades no mundo inteiro (Harouel, 2004, p.121). Exemplo disso, é o Mercado do Kinaxixi em Angola construído em 1950 por Vasco Vieira da Costa, que revela uma clara influência do movimento moderno na segunda metade do século XX em Angola como o

livro “Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique” editado por Ana Tostões procurou mostrar. A título de curiosidade, o Mercado do Kinaxixi foi demolido em 2008.

Resumidamente, no último quartel do século XX “com o envelhecimento de zonas de construção massiva no pós-guerra ou com o declínio das velhas zonas industriais e portuárias características das fases de industrialização pesada” (Moura et al. 2006, p.16) foram mais insistentes as necessidades de renovação e revitalização das cidades europeias (Moura et al. 2006, p.16). Apesar da diversidade do contexto europeu “as experiências de intervenção em zonas degradadas ou em degradação e as políticas que as suportaram terem sido inúmeras e diferenciadas” (Idem), de uma maneira geral, os princípios que orientaram essas políticas não foram muito divergentes (Idem). Assim, para responder ao declínio das áreas centrais e periféricas, surgiram inúmeras propostas com o nome de requalificação, reabilitação ou regeneração urbana (Idem). No entanto, no final do século XX, do ponto de vista dos processos de intervenção “as políticas territoriais não ficaram à margem da tendência generalizada do aumento da competitividade, da procura da inovação e da mercantilização dos valores fundiários e imobiliários” (Moura et al. 2006, p.17). Ao longo do tempo essas formas de intervenção foram ganhando espaço a partir de múltiplos discursos e ideais que se mostraram e se mostram atualmente um tanto confusos e difíceis de definir. Dentro das inúmeras variáveis que podem explicar as mudanças que aconteceram no âmbito das mobilizações e dos discursos à favor da preservação da cidade antiga em grande parte das cidades europeias, a verdade é que a recuperação de núcleos antigos e a continuidade do tecido urbano passou a ser considerado um verdadeiro objetivo urbanístico (Harouel, 2004, p.138). Contudo, trata-se de uma realidade com uma visão eurocêntrica, não tendo, portanto, paralelo direto noutros pontos do globo. Embora exercendo uma forte influência como se comprova não só na dificuldade em definir o que é histórico ou “patrimonializável” nas cidades coloniais, mas na própria relevância que se dá à este tipo de visão ou tratamento do espaço urbano.

A grande marca do século XX em todo o mundo foi indubitavelmente o crescimento das cidades, populacional e em área. Em Angola esta realidade representou o aumento dos musseques e a marca de um urbanismo onde “os planos serviam para criar bairros específicos para as várias raças, para criar estruturas urbanas diferentes para cada uma das expressões sociais e raciais, para separar e não para unir” (Fonte, 2007, p.148 e 156, citado

por Moassab, 2012), dessa forma quando se analisa a corrente funcionalista do movimento moderno no contexto africano “aponta sem dissimulações a origem do discurso e ações sobre o território ainda pautados pelo mesmo modelo, o qual separa física e simbolicamente a cidade “legal/formal” da “ilegal/informal” ou que designa os bairros pobres de bairros “problemáticos” (Moassab, 2012). Foi, entretanto, uma visão centrada em modelos europeus que ditou as regras do modelo desenvolvimento urbano da cidade de Luanda no século XX, que acabou por estratificar a cidade física e simbolicamente até aos dias de hoje. Neste sentido, o grande problema em seguir modelos eurocêntricos ou empregar uma “matriz teórica inadequada à realidade” (Moassab, 2012) reside na grande influência que têm na definição de políticas públicas e que acabam por oprimir a população economicamente mais vulnerável (Moassab, 2012), e que por sinal acabam por manter o status quo. Logo, quando se fala de desenvolvimento urbano, “o espaço é, de antemão, não apenas um dado sem relevância, um epifenómeno, mas um elemento crucial da análise” (Souza, 1998, p.7) e este espaço é desenvolvido através de inúmeras forças voltadas para o planeamento da produção do espaço (Souza, 1998, p.7). Mas afinal o que é isso de desenvolvimento urbano? É verdade que é comum interligar “desenvolvimento urbano” ao crescimento de uma cidade ou à modernização do espaço urbano (Souza, 1998, p.7). Mas se o crescimento das cidades intensificou a segregação socioespacial, o impacto sobre o meio ambiente, a insegurança, a pobreza urbana (Souza, 1998, p.8), ou ainda a destruição de bairros em nome do “desenvolvimento urbano”, como se pode associá-lo ao desenvolvimento se o mesmo não se traduziu em maior “justiça social” ou “qualidade de vida” para todos? Escassas vezes “economistas e, sobretudo, sociólogos e geógrafos que tradicionalmente se ocuparam da cidade sob o ângulo de sua organização espacial e dinâmica social” interessaram-se em interligar o “urbano” e as teorias sobre o desenvolvimento (Souza, 1998, p.9), esta lacuna que Souza definiu como “pobreza de refinamento conceitual”, “não impediu que a ideia de desenvolvimento urbano cumprisse o seu papel de justificação ideológica com eficiência” (Idem). É inegável o paralelo comumente feito entre desenvolvimento urbano e modernização da cidade (Idem) mas especialmente nas cidades onde os contrastes entre “cidade formal” e “cidade informal” são mais intensos, a ânsia pela modernização acaba por fomentar a segregação espacial, a “concentração espacial de privilégios”, “comumente saudada, exigida e protagonizada pelas elites urbanas” (Souza, 1998, p.11), ou a formação de vazios urbanos por

consequência da especulação imobiliária (Souza, 1998, p.11). Muitos urbanistas tentaram, no entanto, inverter o tecnicismo do urbanismo do século XX, mas prevaleceram as vertentes urbanísticas revestidas de uma visão capitalista do desenvolvimento urbano (Idem) e um planeamento “marcadamente tecnocrático” (Idem). Mas este “racionalismo tecnicista” dos processos “paradoxalmente contraditórios” representaram para Lefebvre o caos dos lugares que estudou (Lefebvre, 2012, p.35), neste sentido, como forma de pôr “ordem nesta confusão caótica” surgiu o que denominou como “racionalismo organizativo” que procurou “instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica, que ele observa e que se abre à sua ação”, sistematizando dessa maneira a lógica do habitat (Idem). Mas quem é que “determina as necessidades materiais e imateriais, que instância de poder pretende sonhar e desejar pelos próprios homens e mulheres concretos?” (Souza, 1998, p.23).

Neste contexto, as Conferências HABITAT I, II, III foram sendo promovidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas como resposta às consequências da rápida e caótica urbanização. A primeira foi em Vancouver (1976), a segunda em Istambul (1996) e a terceira em Quito (2016) (IPEA, 2016). O objetivo dessas conferências foi a criação de agendas urbanas onde ficaram estabelecidos compromissos entre os Estados Membros das Nações Unidas para “cidades mais conscientes”, “mais inclusivas” e “mais amigas do ambiente”.

Todavia, desenvolvimento urbano, acabou por se refletir como ideia dominante de desenvolvimento económico fortemente relacionada com crescimento industrial e modernização tecnológica (Souza, 1998, p.11). Porém, é relevante realçar de que o raciocínio da cidade associado à industrialização como o exposto por Lefebvre, e que se expõe aqui, onde reconhece o processo de industrialização como o “indutor” da problemática urbana (Lefebvre, 2012, p.17), ou seja, identifica a industrialização como o ponto de partida para as transformações sociais que ocorreram um bocado por todo o mundo, todavia esse pensamento no contexto das cidades africanas precisa ser relativizado porque mesmo sem uma transição para a industrialização o êxodo rural e aumento demográfico exponencial foi e é um facto.

Torna-se neste sentido, nos dias de hoje, não mais do que antes, reformular a noção de desenvolvimento através de estratégias que não sejam universalistas, uma vez que não

se pode esperar que para África gerar dinamismo económico tenha de exatamente de passar pelo mesmo tipo de processo de industrialização e de serviços como as cidades do Norte, e também porque os desafios que se colocam no Norte em termos de desenvolvimento como equidade social, qualidade ambiental, eficiência económica, participação cívica e expressão identitária são os mesmo que se colocam nas cidades do Sul embora em proporções diferentes que devem ser claramente reconsideradas nas questões urbanísticas.

Se considerarmos as circunstâncias de quem define o que é melhor para todos, a questão não é meramente “técnica” mas igualmente política (Souza, 1998, p.23), por isso os modelos urbanísticos para um desenvolvimento urbano no contexto angolano (e não só) exigem abordagens menos absolutistas e mais inclusivas e participativas, ou seja, deverão ser privilegiados mecanismos que tomem sempre como ponto de partida o contexto sempre singular do lugar.

III. 2. Requalificação Urbana em Definição

“As palavras e os conceitos são vivos, escapam escorregadios como peixes entre as mãos do pensamento. E como peixes movem-se ao longo do rio da História. Há quem pense que pode pescar e congelar conceitos. Essa pessoa será quanto muito um colecionador de ideias mortas” (Couto, 2005).

Quando se analisa planos ou programas de desenvolvimento que visam, de alguma forma, dar resposta aos problemas relativos ao crescimento confuso das cidades percebe-se que de maneira alguma os desafios possam ser resolvidos com visões que se fechem em si e não se abram ao diálogo. Defender essa condição nos processos de atuação no espaço urbano torna-se cada vez mais necessário pela complexidade que a dimensão das cidades produz constantemente.

Por exemplo, em determinados contextos, o envelhecimento de alguns equipamentos e bens urbanos representou a possibilidade de se valorizar determinadas áreas em termos imobiliários, culturais e sociais (Moura et al., 2006, p.17), embora essa

lógica de atuação tenha oposto ideologias face à cidade que nem sempre se mostraram reconciliáveis pela diversidade de interesses (Idem).

Essa diversidade de interessantes perante a complexidade dum mundo cada vez mais globalizado, impõe configurações de grande impacto na vida urbana de tal forma que as recentes ações com o objetivo de contrariar o “*urban decline*” (Moura et al., 2006, p.17) através de mecanismos que permitam reduzir os efeitos negativos da rápida urbanização, mantêm as cidades em constante renovação e a procura de fatores de inovação (Idem). Neste contexto, surgem conceitos revestidos de processos que contêm uma ideia (teórica) e ao mesmo tempo uma proposta de ação sobre a cidade (Idem) usualmente denominados por requalificação, reabilitação e renovação urbana.

A renovação urbana é marcada pela ideia de demolição do edificado e consequente substituição por uma construção nova geralmente com características morfológicas e tipológicas diferentes, e/ou com novas atividades económicas adaptadas ao processo de mudança urbana (Moura et al. 2006, p.18); em oposição a este modo de atuação, encontra-se a reabilitação urbana onde ao invés de haver uma demolição dos edifícios há uma readaptação do tecido edificado degradado a novas situações em termos de funcionalidade urbana, isto é, este representa a “habilitação” dos edifícios (Moura et al. 2006, p.18).

Diferentemente de uma renovação ou reabilitação, uma requalificação é um instrumento que promove a valorização de uma área através de mecanismos de dinamização social, económica ou cultural para uma melhor qualidade de vida das populações (Moura et al. 2006, p.20). Estes mecanismos podem englobar atividades diversas desde a construção ou recuperação de equipamentos ou infraestruturas, a valorização do espaço público até à reintrodução de qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade. Tem, portanto, um “carácter mobilizador, acelerador e estratégico” (Idem). Por outro lado, sendo que numa requalificação está subjacente a melhoria de vida das populações, significa que é suposto que essa melhoria incida diretamente sobre os residentes ou usuários das áreas em intervenção, não se espera pois uma substituição de um grupo por outro, como acontece nos casos de renovação urbana onde há geralmente uma substituição dos residentes antigos por novos ou por outros com níveis de rendimento ou estilo de vida diferentes (Moura et al. 2006, p.18), promove-se antes a

manutenção dessas pessoas nesses lugares. Do mesmo modo, ao procurar reintroduzir “qualidades urbanas de acessibilidade,” está a ser considerada a necessidade de se encontrar soluções para as questões inerentes à vida quotidiana uma vez que o crescimento das cidades criou problemas de mobilidade e de acesso aos equipamentos sociais mais básicos por parte da população economicamente mais vulnerável que frequentemente depende de transportes coletivos para ir do trabalho para casa e de casa para o trabalho diariamente. Diante disso, relativamente à mobilidade, pretende-se criar mecanismos que tratem da articulação entre as várias áreas da malha urbana proporcionando às populações o acesso à vida urbana e de tudo aquilo que lhe é indissociável, que passa fundamentalmente pela criação de redes de transportes coletivos. Já na acessibilidade pode-se argumentar que nela figura o “direito à cidade”.

A título de exemplo, no diagnóstico sócio-urbanístico da cidade de Lisboa realizado para o PDM de Lisboa de 2005, o conceito de reabilitação urbana aparece como “(...) a prossecução de uma estratégia de gestão urbana que permite a requalificação de uma cidade existente por meio de múltiplas intervenções, destinadas a valorizar as suas potencialidades sociais, económicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes (...)” (CML, 2005). O que se entende desta definição? Que sendo a reabilitação a sequência de uma estratégia de gestão urbana, a requalificação é o objetivo, ou seja, requalificar significa tornar o lugar melhor dentro daquilo que são as suas potencialidades. A requalificação de uma cidade implica, por conseguinte, uma melhoria na qualidade de vida da população conforme o reconhecimento inicial de que determinados elementos pudessem ser potencializados através de medidas concretas de intervenção.

Diante do exposto, vale confrontar com as ideias anteriores a definição exposta num outro, o documento de apresentação do Valis – Valorização de Lisboa, 1990-1992” sobre requalificação:

“Requalificar é recuperar o sentido da ubiquação residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego (...) a estratégia deve levar a ações que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo

património – o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo” (citado por Moreira, Graça; 2007, p.118).

Nesta definição é realçada a necessidade de se considerar elementos intangíveis na requalificação dos lugares, isto é, aquilo que nem um arquiteto e muito menos um urbanista são capazes de criar: relações sociais e memórias, porque parte-se do princípio que um lugar não são só os elementos físicos, mas as pessoas e a sua história também. A ideia de qualificar a alma dos lugares, de recuperar o sentido da ubiquação residencial das populações, é tentar o quanto possível, desenvolver medidas que vão proporcionar à população “o direito à cidade”, “o direito ao lugar”, o direito de pertencer, de ser e sentir.

A partir deste conjunto de ideias, a proposta de Bernardo Secchi de uma política de “*rennovatio urbis*” que não nega, mas reelabora o passado reescrevendo o sentido dos lugares que se foram perdendo com o crescimento das cidades, parece-me igualmente útil refletir embora elaborada para um contexto diferente do que se analisa nesta dissertação. A política de *rennovatio urbis* “redesenha a geografia funcional e simbólica da cidade e do território levando-a a ficar mais próxima do mapa mental da sociedade contemporânea, não ao mapa de valores monetários pretendido por diversos grupos de poder” (Secchi, 2004), a partir dela transporta-se do passado os valores posicionais capazes de pôr resistência ao mercado.

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda – 2013/2017, faz uma abordagem de interesse relativamente a reestruturação e qualificação dos musseques. A partir deste plano foram definidos termos de referência para o Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda onde estão previstas atuações nos musseques numa perspetiva de renovação ou reabilitação urbana (PDPL, 2013). Dentro das orientações estratégicas do próprio plano, a reabilitação, estruturação e qualificação das áreas degradadas foram considerados como “grandes objetivos da Província de Luanda”. Considerar a requalificação dos musseques como um dos grandes objetivos das orientações estratégicas para a cidade Luanda é reconhecer que é urgente que se abra um novo caminho na intervenção do espaço urbano.

Até aqui, as definições que se partilharam tiveram como laboratório as cidades europeias, contextos que incentivaram o desenvolvimento de intervenções em forma de requalificação, reabilitação e renovação urbana através de mecanismos e instrumentos

diversos. Visto que quando se pensa em requalificar um bairro luandense, seja ele na periferia, na zona costeira ou na área central, não é o mesmo que requalificar um bairro em Pretória, Dar Es Salaam, Bali ou Lisboa, por exemplo, porque os contextos são desiguais na sua plenitude, porém, os princípios podem os ser os mesmos, os da consolidação, dinamização e valorização. Qualquer estratégia urbana para ser realmente eficaz precisa de um suporte social e cultural (Lefebvre, 2012, p.115), ou seja, deve considerar um conjunto de elementos distintos que sejam capazes de se respeitar, articular e relacionar entre si. Posto isto, embora tenham sido explorados neste capítulo conceitos que usaram como objeto as cidades europeias, consideraram-se princípios que pudessem ser adaptados à realidade angolana. De tal forma que as abordagens aqui apresentadas refletem em parte o que se considera exequível no contexto que se analisa. Como justificação às abordagens aqui apresentadas, não se espera, portanto, a exclusividade do “conhecimento científico” nas questões da cidade, mas antes que a pluralidade de “pensares” seja a verdadeira ordem e que haja abertura para a valorização das especificidades de cada território a partir dos recursos institucionais próprios e mobilizáveis para o seu processo de desenvolvimento.

III.3. Património Urbano em definição

“<< os conceitos >> (...) chegam-nos como a fruta importada: há que descascá-los, prová-los e avaliar se podem ser produtivos no chão da nossa realidade. A questão não é negar influências, fechar portas e tendências globais. A pergunta é como é que construímos a nossa própria agenda a partir de fragmentos de agendas dos outros” (Couto, 2005).

Não se pretende nesta dissertação analisar “património”, “património histórico” ou “património urbano” no sentido que Françoise Choay faz em “Alegoria do Património”, porque tal não se enquadra no quadro analítico desta pesquisa; contudo as reflexões que esta autora faz são importantes para construir o quadro concetual desta dissertação. Não no sentido de problematizar a noção ou a criação do “património”, “património histórico” ou “património urbano”, mas de servirem de ponto de partida para a reivindicação de novos princípios, e de meditar sobre a possibilidade de um novo sentido num outro lugar

qualquer, mais a Sul do equador. Igualmente não se tenta enquadrar ao contexto angolano as numerosas transformações que a noção de património sofreu porque o objetivo nesta contextualização é de pegar por empréstimo os princípios de reivindicação e resistência que estiveram na base da defesa e conservação de qualquer indivíduo fazer a sua história e de usá-los como guias elementares nos processos de requalificação urbana.

A ideia de preservação não é aplicada à totalidade de “referências culturais” em todo o mundo porque não segue um percurso natural, mas sim de objetivações e exigências. Mas o que motiva essa objetivação? Para Choay, foi o século XX que “forçou as portas do domínio patrimonial” (Choay, 2015, p.13) pelas inúmeras “obras-primas” que um pouco por todo o mundo foram demolidas (Idem), contudo na primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos realizada em Atenas em 1931 estiveram reunidos somente europeus (Choay, 2015, p.14), diferente da primeira, na segunda em 1964 participaram três países não europeus, a Tunísia, o Peru e o México (Idem). Nestas conferências os países participantes fizeram acordos relativamente à conservação de “bens patrimoniais”, no entanto, ao que Choay designou como “acordo patrimonial” e as práticas que à ele se juntaram não aconteceram sem incoerências (Choay, 2015, p.15). Apesar desses acordos revestirem-se de divergências, conforme Choay analisou, nada impediu que houvesse um consenso amplo relativamente a conservação e a proteção de “bens patrimoniais” “em nome de valores científicos, estéticos, memoriais, sociais, urbanos nas sociedades industriais avançadas” (Choay, 2015, p.16).

Para Choay, o sentido de conservação da cidade e dos conjuntos urbanos não surge da imposição da cidade antiga (europeia) à cidade do “presente”, mas sim quando a cidade é convertida em “objeto do saber” pela transformação do espaço urbano após a Revolução Industrial (Choay, 2015, p.193). Foi quando o urbanismo se tornou num obstáculo ao “livre desenvolvimento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram a sua identidade concetual” (Idem), disso nasce a noção de “património urbano histórico” que é o culminar de uma dialética da história e da historicidade (Idem) perceptível através de três figuras que Choay construiu para analisar as diferentes perceções em relação à cidade antiga: memorial, histórica e historial (Idem).

A partir dessa classificação Choay concluiu que foi através da figura historial que foi criada a noção do património urbano através das ideias defendidas pelo arquiteto italiano,

Gustavo Giovannoni, na Carta de Atenas de 1931 (Choay, 2015, p.213). A conversão da cidade em “objeto do saber” e de conservação (“não redutível à soma das suas partes”), foi provocada pela transformação do espaço urbano posterior à Revolução Industrial (Choay, 1991, p.193). Uma reação à uma ação? Resistência, chamada de atenção? Giovannoni, “foi capaz de ultrapassar a concepção unidimensional em benefício de uma concepção dual da mutação imposta ao espaço urbano pela era industrial” (Choay, 2015, p.210), fundando uma doutrina da conservação e do restauro do património urbano (Choay, 2015, p.211) que Choay resumiu em três princípios:

1º “Qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que simbolize a sua relação com a vida presente”. Dessa forma, o seu “valor de uso” é legitimado técnica e humanamente “pela manutenção do caráter social da população” (Idem).

2º “O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere” (Idem).

3º “Os conjuntos urbanos pedem procedimentos de preservação e de restauro”. Esses procedimentos têm por objetivo essencial “respeitar a escala e morfologia desses conjuntos, preservar as relações originais que ligam parcelas e vias de circulação” (Idem).

Nestes princípios, tendo como referência o contexto europeu, são admitidas margens de intervenção que limitam o “espírito histórico dos locais materializados nas suas configurações espaciais”, e é por isso considerado essencial a sua “reconstituição”, mas com a condição de “não ser enganadora” e sobretudo destruidora (Idem). No primeiro princípio está explícita a relação do indivíduo com o lugar, se considerarmos que as relações quotidianas são produto de formas que aproximam o indivíduo do lugar (Costa, 2008, p. 153) e que o valor simbólico dos lugares é representado por estas mesmas condições. Este posicionamento faz meditar sobre a representatividade imaterial e carga simbólica dos lugares socialmente construídos, seguindo a ideia de Choay, faz abrir um caminho de reflexão sobre a necessidade de se legitimar o “caráter humano” dos lugares. Para Otávio Costa, o valor patrimonial que possuem os lugares simbólicos reveste-se de uma variedade de representações que se constituem como instrumentos de conhecimento e de comunicação, e, portanto, de integração social (Costa, 2008, p.149). O caráter simbólico dos lugares remete-nos ainda para o conceito de “paisagem vernacular”, plena de

significados, onde está também expressa a relação que um determinado grupo social mantém com um lugar através de manifestações culturais (festas, rituais, feiras, etc.) que podem ser representadas nos lugares de encontro ou em outros (Costa, 2008, p.151).

“O vernacular está presente nas atividades diárias e nos rituais sociais vinculados ao lugar” (Zukin, 2000; citado por Costa, 2008, p.152).

Neste sentido, as redes sociais que se formam nos lugares, bairro, rua ou cidade, contribuem para a construção da identidade dos indivíduos e para a formação de um sentimento de pertença (Idem) e é pela substância dessas questões que em “Efeitos de Lugar”, Bourdieu defende ser necessário que se rompa com as “falsas evidências” inscritas no “pensamento substancialista dos lugares” mas que antes, para se conhecer e entender os lugares, se proceda a uma análise exata das relações entre as estruturas do espaço social e do espaço físico (Bourdieu, 1991, p.159) para que não se evoque “não realidades”.

“A reabilitação dos bairros antigos obtém-se, sobretudo, mais a partir do interior do que do exterior das ilhotas, em especial ao restabelecer casas e ilhotas em condições tão próximas das condições originais quanto possível, já que a habitação tem a sua ordem, a sua lógica, a sua higiene e a sua dignidade próprias” (Gustavo Giovannoni, citado por Choay, 2015, p.212).

Relativamente à patrimonialização dos espaços urbanos, para Choay, contrariamente aos arquitetos do Movimento Moderno, Giovannoni revelava uma abordagem melhor estruturada em relação a complexidade das questões urbanas ao defender uma articulação fluída entre os núcleos antigos e os núcleos modernos, isto é, rejeitava ideia da sobreposição de um sobre o outro (Choay, 2015, p.213). Mas outras ideias se desenvolveram no sentido de se pensar a cidade antiga como figura museológica, ou seja, como um “objeto raro frágil, precioso para a arte e para a história e que tal, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida” (Choay, 2015, p.204). Aqui a cidade tornava-se histórica e nisso perderia a sua capacidade de continuar a fazer história, a sua “historicidade” (Idem). As questões que se colocaram nessa perspectiva e que Choay abordou estiveram na base da dificuldade encontrada para se criar ferramentas que

preservassem a cidade antiga a partir da privação de uso por parte dos seus habitantes ou por outras pessoas. Esta noção foi, no entanto, recusada pelos CIAM que não aceitavam a noção de cidade histórica (Idem). Havia certamente um confronto de visões na segunda metade do século XX, uma que defendia a conservação do que ficou definido como “património histórico”, outra impulsionada pelos CIAM onde que eram defendidos “novos começos” a favor do “progresso”, da “modernidade”, da “técnica”, ou seja, nova ordem, novos princípios estéticos e funcionais.

Dessa maneira, as questões das cidades e a preservação dos conjuntos urbanos foram ganhando novos interesses, as políticas uniformizaram-se e um pouco por todo o mundo as cidades começaram adotar conceitos e estratégias confluentes relativamente às questões ligadas a reabilitação ou a requalificação dos “conjuntos urbanos históricos”. Mais recentemente, na Conferência Geral da UNESCO em 2011, foi elaborada uma Recomendação relativamente à “Paisagem Histórica Urbana”:

“In the course of the past half century, urban heritage conservation has emerged as an important sector of public policy worldwide. It is a response to the need to preserve shared values and to benefit from the legacy of history. However, the shift from an emphasis on architectural monuments primarily towards a broader recognition of the importance of the social, cultural and economic processes in the conservation of urban values, should be matched by a drive to adapt the existing policies and to create new tools to address this vision” (UNESCO, 2011).

Apesar de nos discursos ser evidente uma abordagem sobre o “valor patrimonial imaterial” das cidades, regista-se em muitos casos uma maior ênfase e relevância na preservação de bens patrimoniais materiais (Moura et al. 2006, p.20) que em termos práticos passa muitas vezes pela manutenção física exclusiva de “bens patrimoniais” sem que se preserve outras dimensões de verdadeira importância num quadro multidimensional como o de uma cidade. Acontece na reabilitação dos “centros históricos” de inúmeras cidades europeias que provocou e ainda provoca inúmeras vezes uma alteração no quadro social e cultural, ou seja, a recuperação e manutenção de um edifício degradado alimenta outras lógicas de apropriação do espaço sem que preserve outras dimensões que não físicas. Contudo, a dimensão material na operacionalização das políticas de conservação patrimonial acabou por ter um papel dinamizador e decisivo, no que toca a

ação dos defensores do património no contexto europeu do século XIX, uma vez que, segundo Choay, não teria sido eficaz se não tivessem sido assumidas duas formas de ação específicas e complementares: uma legislação de proteção e uma disciplina de conservação (Choay, 2015, p.151). Paralelamente, essas ações fazem levantar uma série de questões, que neste sentido, Saskia Sassen, na conferência de abertura do seminário internacional “Cidades e Territórios: Encontros e Fronteiras na Busca de Equidade” na cidade de São Paulo em 2016, chamou atenção aos “megaempreendimentos multinacionais” que ocupam os centros urbanos e ameaçam a capacidade das pessoas mesmo sem poder económico de fazer a sua história e criar a sua cultura (Sassen, 2016).

Evidentemente, que inverter esta tendência passa por adotar outros princípios relativamente às decisões que implicam intervenções no espaço urbano em que se geralmente são trivializadas as dimensões para além das materiais. No entanto é na complexidade que o assunto evoca em relação aos critérios e valores que se usam para a definição das políticas de conservação de “bens patrimoniais” que reside o grande desafio.

Dentro desta perspetiva, na convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível de 2003 desenvolvida pela UNESCO foi legitimado no campo da preservação o valor referencial dos bens intangíveis para os diversos grupos sociais como se pode constatar:

“Artº.2º, 1. Entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural. Este património (...) é constantemente recriado pela comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2003).

Mesmo que a adoção de práticas de conservação disponha de um quadro histórico de referências que sejam capazes de atribuir real valor às coisas, todavia, o quão subjetivo ou perigoso (inúmeras vezes) pode ser? Porque o que é “histórico” ou “patrimonilizável” é relativo no tempo e no espaço. Há evidentemente uma ambiguidade entre discurso ideológico e prática política uma vez que a preservação do que é “histórico” não é aplicada

à totalidade de referências culturais porque não segue um percurso natural, mas sim de objetivações e exigências. Se considerarmos “património” todo o conhecimento humano que se manifestou sob diversas formas, material ou imaterial (manifestações culturais, expressões artísticas), a partir de critérios se define o que deve ou não ser preservado? Mas quem define?

Em relação a isso, é relevante partilhar a pesquisa dirigida por Ana Tostões em “Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique” (Tostões, 2014), onde as questões levantadas por professores e estudantes moçambicanos de arquitetura a propósito da reabilitação dos conjuntos arquitetónicos do tempo colonial demonstraram uma certa indiferença relativamente à preservação dos mesmos. É por isso que atualmente a Lei moçambicana do Património Cultural enfrenta inúmeros desafios, tal como Angola, no estabelecimento de critérios de proteção do “património cultural”. É recente o interesse do património cultural à luz da sua preservação tanto no contexto Angola como de Moçambique e claro as matérias sobre património, conservação, identidade e lugares de memória muito complexas.

Quanto a complexidade da questão se aplicada ao contexto angolano, vale referir que no atual PDGML foram considerados como elementos patrimoniais do espaço urbano: edifícios e espaços públicos, e como tal a sua valorização e preservação permite que sejam desenvolvidas ações de reabilitação que promovam a “qualificação da vida social”, porque o património é (...) “(...) um testemunho de toda a dinâmica histórica, social e económica de uma nação, formando-se como um elemento fundamental na construção da sua identidade. A sua preservação revela-se assim determinante para a preservação da memória coletiva, demonstrando igualmente potencial para o desenvolvimento e coesão social das comunidades” (PDGML, 2015).

Relativamente ao abordado, é importante mencionar o “Plano de Salvaguarda do Catambor” realizado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitetura de Angola (CEICA, 2017) que apresenta uma visão diferente da que é exposta acima. Este plano tem como objetivo a reabilitação do bairro do Catambor e a revitalização dos seus valores socioculturais que nos estudos revelaram-se ser valores identitários. O bairro Catambor é um musseque na zona urbana da cidade de Luanda (Cristóvão, 2011), que no tempo colonial foi um lugar de abastecimento de água para a população africana que com

o tempo tornou-se num assentamento popular (CEICA, 2017). De uma forma geral, o projeto realizado pelo CEICA para o Catambor pressupõe a valorização do espaço social apoiado em quatro arquétipos arquitetónicos e urbanos comuns nos musseques que derivam das características formais da urbanidade de origem Bantu (CEICA, 2017). A ideia do plano passa por defender a reabilitação e revitalização dos musseques mais antigos, acreditando que os mesmos têm o direito “de ser parte da cidade como áreas de interesse histórico e, em particular, como áreas patrimoniais” (CEICA, 2017)

Embora se reconheça que um exagerado positivismo nas condutas patrimoniais possa pôr em causa a liberdade de novas formas de se organizar o espaço urbanos possam florescer, ao mesmo tempo uma cegueira e ignorância da história pode influenciar a reprodução de conceitos e práticas patrimoniais sem que se reflita sobre elas e sobre o contexto em que os mesmos foram criados, assume-se que pelo perigo que se põe num sistema que nada mede para transformar o espaço urbano numa “mercadoria” as palavras de ordem deverão ser: resistir e recriar, num tempo de alienação, sem coisificações, nem imposições.

III. 4. Síntese: Requalificação Urbana e Património Urbano

“O problema do desenvolvimentês é que só convida a pensar o que já foi pensado por outros. Somos consumidores e não produtores de pensamento. Mas não foi apenas uma língua que inventámos: criou-se um exército de especialistas, alguns com nomes curiosos (...)” (Couto, 2005).

A rápida urbanização das cidades tem estimulado a produção contínua de um conjunto alargado de teorias e modos de intervenção para responder aos desafios que representam nos dias hoje o viver na cidade. Um quadro de interesses heterogéneos em constante conflito tem direcionado as cidades para contínuos arranjos populacionais que exigem a formulação e reformulação de processos de intervenção no espaço urbano. Essas formas de atuação denominadas por reabilitação, renovação ou requalificação têm sofrido inúmeras transformações em termos de procedimentos ao longo das últimas décadas,

primeiro porque cada lugar tem de ter uma abordagem diferente e segundo porque as cidades são essencialmente um reflexo do seu contexto político.

Num tempo onde as mudanças acontecem à velocidade da luz, é importante que se conheça e compreenda o modelo urbano que deu origem aos contextos para se agir em conformidade, não no sentido de reproduzi-lo, mas de refletir sobre ele e sobre os efeitos sociais que criou.

É por isso que se procura aqui evidenciar a necessidade de se recriar formas de intervenção urbana adaptáveis a cada contexto para se evitar cair no que Couto chamou de “desenvolvimentês” (Couto, 2005), uma vez que para efeitos de políticas de preservação aquilo que é “patrimonializável” é bastante discutível e usualmente alimentado por mecanismos nem sempre são claros como muitas vezes se verifica nos discursos à favor pelo respeito a diversidade cultural.

Dessa forma a Luanda do presente pode transformar aquilo que são hoje os seus maiores desafios em forças motoras e criativas, a partir de uma leitura verdadeira dos problemas da cidade e do que é efetivamente essencial, sem cair em historicismos e reducionismos, ou seja, tal como defende Mia Couto, África não pode se reduzida a uma entidade simples, fácil de entender, com definições apressadas (Couto 2005, p.19), neste sentido, é fundamental estimular a troca de ideias, entender a complexidade do contexto de Luanda, questionar os modelos, relativizar os conceitos e enquadrá-los à medida da realidade.

Capítulo IV: A Urbanização da Cidade de Luanda

IV. 1. A Cidade e a História

O povoamento de Angola terá acontecido com o movimento migratório da corrente ocidental dos povos Bantu que saiu do Norte de África e seguiu de forma lenta (durante séculos) para o sul do continente (Mbokolo, 2012, p.75). Embora a região sul do continente já contasse com a presença dos povos Bosquímanos, grupos que existiam em Angola antes dos povos Bantu, os Bosquímanos nunca formaram em Angola reinos nem estados (CEA, 1965, p.37). Dentro desse cenário de migrações, a formação étnica de Angola acabou por pertencer maioritariamente à corrente ocidental Bantu (Cruz, 1940, p.23). Estes ao chegarem ao território que hoje se chama Angola ocuparam áreas propícias para se fixarem, formando várias regiões que se tornariam posteriormente reinos importantes (CEA, 1975, p.39).



Figura 4: Mapa das migrações Bantu

A região do Kongo terá se formado no século XIII e a sua capital foi M'Banza Congo (CEA, 1975, p.43). Os povos Bantu que se localizaram nessa área dominavam a agricultura e

a metalurgia do ferro. Já a região do Ndongo terá se formado um século depois, no século XIV e a sua capital foi M'Banza Kabassa (CEA, 1975, p.48). Além do Kongo e do Ndongo formaram-se outras regiões também importantes. Tratava-se, portanto, de um território que era o produto de uma articulação gradual de etnias tão singulares capazes de configurar “várias Angolas” (Carvalho, 2013, p. 20).

A área da Ilha de Luanda, tornou-se propriedade do Reino do Kongo, dos povos Ambundu (CEA, 1975, p.45), e foi a primeira povoação edificada por portugueses (CEA, 1965, p.75), inicialmente como vila de São Paulo de Assunção de Loanda e de forma gradual é que se tornou numa cidade, a cidade de Luanda (Amaral, 1968).

Assim, a primeira povoação portuguesa nessa área deu início em 1575 com Paulo Dias de Novais (Fonte, 2007, p.178), mas foi somente durante o governo de Salvador Correia (1648-1651) que a Ilha de Luanda dos Ambundu deixou de ser propriedade do Reino do Kongo (Pinto, 2012, p.120), como resposta a aliança temporária dos Ambundu com os holandeses (Pinto, 2012, p.121). A partir deste momento a atividade da recolha do zimbo³ e outras possessões do reino do Kongo passaram a ser controladas pelos portugueses (Idem) e dá-se então início à povoação colonial da Ilha de Luanda (CEA, 1975, p.59). Pela geografia do lugar, a escolha revelou-se bastante útil do ponto vista económico, político e militar (Fonte, 2007, p.142) e (...)

“(...) Luanda foi, assim, deliberadamente implantada no lugar próprio para se tornar a base de fixação e de penetração, o entreposto comercial e o abrigo da navegação, embrião e fulcro do novo reino colonial” (Batalha, 1950, p.7)

No entanto, ultrapassar os limites costeiros exigiu um aprendizado constantemente repensado para a busca de um posicionamento adequado dos portugueses perante os sobas das várias regiões (Carvalho, 2013, p.22), de tal maneira que houve cooperação com uns e resistência por parte de outros porque não existia um acordo de cooperação que fosse transversal à todas as regiões porque Angola não era um território com uma organização política única mas um território com várias regiões e com estruturas políticas independentes (Carvalho, 2013, p.20). Dessa forma foi necessário estabelecer relações

³ Zimbo foi uma moeda de troca em quase toda a África Ocidental.

políticas com alguns reinos que fossem vantajosas para exploração e ocupação do território (Carvalho, 2013, p.78).

Os primeiros núcleos urbanos construídos no litoral (Luanda, Benguela e Moçâmedes) pelos portugueses foram inicialmente presídios e constituíram-se como pontos estratégicos para aceder o interior (Fonte, 2007, p.141), só depois é que foram substituídos por povoações comerciais (Fonte, 2007, p.142) e mais tarde deram origem a vilas e cidades (Freudenthal et al., 2006, p.18).



Figura 5: Fortaleza de S. Miguel em Luanda

Entre o século XVI e o XVIII, os núcleos urbanos criaram-se com base em valores intuitivos e de ordem geográfica, política e económica (Fonte, 2007, p.143). Dessa maneira, e como tem sido constatado, as cidades edificadas durante a colonização portuguesa representaram propósitos estratégicos que progressivamente tornaram-se em pontos importantes para o controlo militar, administrativo e económico (Fonte, 2007, p.143).

IV.1.1. Pensamento e Prática Urbanística

Até o século XIX o crescimento urbano da Luanda colonial teve um ritmo lento e por muito tempo toda a sua área urbana esteve limitada pela fortaleza de S. Miguel, Hospital Central, Igreja e Convento de N. Sra. do Carmo, Igreja de N. Sra. Nazaré, praia da Baía e pela

fortaleza de S. Pedro da Barra (Amaral, 1968); dividida entre a cidade alta e baixa. Antes de 1885 a ocupação portuguesa estava restringida a certos pontos na zona costeira e no interior de Luanda, ao longo do Rio Kwanza, embora fossem mais entrepostos que cidades propriamente (Robson, 2001, p.21).

“Em 1800 e tal, já S. Paulo de Assunção de Luanda está perfeitamente dividida na Alta e Baixa tradicional; a primeira onde residiam as pessoas principais; a segunda onde, por comodidade habitam os que dedicam ao comércio” (Oliveira, 1954, p.5).

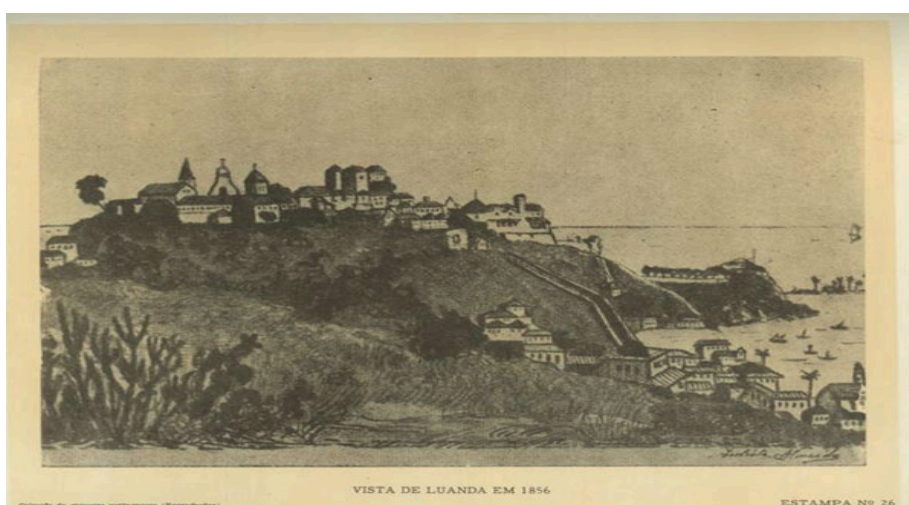


Figura 6: Vista de Luanda em 1856



Figura 7: Vista da Cidade de Luanda

A Luanda colonial constituiu-se como uma categoria espacial e social assente na especificidade do ato de fundação protagonizado pelos portugueses em terras africanas, onde regras sociais foram impostas e inicialmente com pouca participação da população africana (Freudenthal et al., 2006, p.18). Em função disso, “com esses atos fundadores estava lançado o projeto de implantação urbana colonial” que apresentava diferenças em relação aos povoamentos africanos já existentes (Idem). Mas foi somente no governo de Sousa Coutinho (1764-72) que se manifestaram em Luanda e em outros poucos núcleos urbanos as primeiras preocupações urbanísticas que na Europa a partir do século XVI já começavam a ser desenvolvidas (Freudenthal et al., 2006, p.24); como: o planeamento das cidades a partir de modelos inspirados na “racionalidade humanista” e na “estética clássica”, no “progresso da engenharia militar e civil”, na “utilização de materiais nobres na construção de edifícios públicos”, na “representação simbólica da estrutura social e política através da dimensão e localização de edifícios públicos e privados”. O que significa que do ponto de vista urbanístico, a cidade de Luanda seguiu padrões de “ordenação urbana portuguesa” (Idem), e o espaço foi sendo assim delimitado através de “concepções de poder e hierarquias sociais” (Idem).



Figura 8: Planta da Cidade de S. Paulo de Loanda

A cidade alta concentrou os poderes público, administrativo e militar, e a cidade baixa o comércio (Idem). O traçado urbano da cidade assentou assim no “modo tradicional da cidade portuguesa” implantada nos territórios coloniais e numa “implantação litoral” com “caráter basicamente defensivo e comercial”. Na arquitetura, a Luanda colonial concentrou os “exemplares mais significativos da arquitetura civil e religiosa dos séculos XVII e XVIII”, ao mesmo tempo que foram adotados modelos arquitetónicos como a casa de sobrado enquanto “edificações que denunciavam o estatuto elevado do seu proprietário, por regra traficante de escravos”, a loja no piso térreo e a habitação situava-se no andar superior (Idem).



Figura 9: Cidade de Luanda – Arquitetura do Séc. XVII e XVIII

Nas traseiras dessas edificações estavam os quintais, os lugares onde os escravos ficavam antes de serem enviados para o Brasil (Idem), que com o tempo transformaram-se em aglomerados de cubatas⁴, que se denominaram por musseques⁵, quando Luanda

⁴ Cubatas são casas construídas com palha.

adoptou o estatuto de cidade e a medida que se foi urbanizando (Amaral,1968). É então dessa forma que nascem os musseques.

“Ressalta logo à observação a existência de duas áreas urbanísticas e sociais: uma, que chamaremos <<cidade branca>>, pelos padrões de urbanização, em oposição à outra, dos <<musseques>>, de cubatas em disposição caótica, sem os benefícios da urbanização. O crescimento da <<cidade branca>> tem-se feito em regra, pela emissão de tentáculos que penetram pela amálgama de cubatas dos musseques, obrigados assim a recuar para distâncias cada vez maiores, sobre a superfície muito regular do planalto”(Amaral, 1968).

Luanda foi então ficando dividida entre três áreas, separadas não só física mas simbolicamente; a cidade alta por cima de ravinas, a sede do poder político e militar, a cidade baixa junto à baía, centro portuário e comercial, então designadas por “cidade branca” (Amaral, 1968) e o musseque, “a cidade negra”. Os musseques com o tempo ficaram distribuídos por duas encostas, na primeira estabeleceram-se os musseques do Cazuno, do Sangandombe, do Quibando cujos nomes, derivados do Kimbundu, refletiam as atividades artesanais dos seus habitantes e na segunda o das Ingombotas cujo o cume da encosta designava-se por Maculussu⁶ onde eram sepultados os habitantes dos musseques. Posteriormente, o musseque do Cazuno deu lugar ao Parque Herói de Chaves hoje Palmeiras Clube, o do Sangandombe à Avenida Álvaro Ferreira, hoje Avenida do 1º Congresso do MPLA, e o musseque do Quibando ao Largo Afonso Henriques atualmente Largo Lumeji. Encontravam-se inicialmente onde hoje são os bairros dos Coqueiros, do Bungo, das Ingombotas, da Maianga e do Kinaxixi.

“(…) os musseques, como bairros de miséria e transição, nasceram logo após à criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, depois sob a forma de aglomerados de cubatas localizados nos Coqueiros, no Bungo, nas Ingombotas ou na Maianga, habitadas pela

⁵ A palavra Musseque, vem do Kimbundu, “museke”, constituído pelo prefixo ‘mu’ (lugar) + ‘seke’ (areia), sendo, portanto, a definição de lugar ou terreno arenoso (Nascimento, 2012).

população autóctone (...); à medida que a cidade se foi urbanizando (...) os musseques foram sendo expelidos para zonas cada vez mais distantes (...) (Amaral, 1968).

A medida que a cidade se urbanizava, os musseques também aumentavam acolhendo a população que não tinha lugar na “cidade planificada” e sucessivamente foram se afastando dos limites da cidade (Fonte, 2007, p.148). Cada fase de urbanização da cidade de Luanda “correspondeu ao desaparecimento e arrastamento dos musseques para a periferia” (Fonte, 2007, p.148). Assim, a “ocupação planificada” através de Planos de Urbanização seguiu uma ordem fundamentada “nos princípios coloniais” (Idem) onde a integração dos vários grupos que compunham Luanda “fez-se, por vezes, por adição ou justaposição, ou seja, à cidade “desenhada ou planificada” juntavam-se os bairros mistos, depois os bairros indígenas, (quando os havia) e, por último, os musseques” (Idem). Portanto, havia então a “cidade branca” que era “objeto do processo de urbanização”, a “cidade mista” que era um “espaço de integração racial” e a “cidade negra” onde estavam os bairros indígenas e os musseques (Idem).



Figura 10: Musseque das Ingombotas no início do século XX

⁶ Maculussu vem do Kimbundu que significa lugar das cruzes. Hoje é o nome de um bairro de Luanda, o bairro do Maculusso.

Manuela Fonte chamou à esta divisão do espaço de “estratificação científica”, embora a “linha de fronteira” entre cada um dos espaços fosse fluída, ou seja, “a cidade não deixava de ser partilhada em simultâneo” (Idem). Os musseques, “lugares de ocupação espontânea” (assim representados), foram se organizando gradualmente nos espaços que sobravam, “em alternativa à cidade consolidada” (Fonte, 2007, p.159), “numa ocupação suburbana” (Idem).

Ainda por volta de 1940, os musseques estavam nas Ingombotas, no Maculusso, no Bungo, ou seja, a menos de 1 quilómetro do centro da cidade (Amaral, 1968). Assim a divisão entre a Baixa e o Musseque representaram uma divisão social e racial⁷ da cidade de Luanda que marcou intensamente a organização do espaço urbano (Robson, 2001, p.22).

IV. 1.2. Crescimento e Desenvolvimento Urbano

Até aqui consegue-se perceber que a ocupação do território representou um instrumento fundamental de controlo e poder e que o urbanismo colonial serviu os objetivos coloniais do governo português. Esta constatação, no sentido que Maria Manuela Fonte partilha na sua tese de doutoramento, “é reveladora da relação clara e direta entre o urbanismo e arquitetura, e as questões de ordem política e económica, mostrando como as cidades são o reflexo das políticas que as conduzem” (Fonte, 2007, p.152). Dessa forma, a “matriz funcionalista” do urbanismo europeu do século XX foi para servir a população portuguesa e o que se designou por musseque ou “cidade informal” era resultado dessa política e de um pensamento urbanístico claramente colonial que estratificou o espaço social, cultural e racialmente. A monografia de Ilídio do Amaral de 1968 é bastante elucidativa de como esta evidência era ignorada nos documentos coloniais quando numa de suas abordagens afirma que a expansão do “núcleo histórico da Baixa” continua a ser “fulcro de toda a vida urbana”. Claramente que Amaral importava o conceito europeu de “núcleo histórico” e o adaptava à Luanda, ou seja, a cidade Alta e cidade Baixa, lugares onde se manifestavam valores culturais portugueses, eram o núcleo histórico de Luanda, e os musseques, onde vivia a maioria da população africana, eram os “bairros de miséria”.

⁷ Aborda-se aqui a questão racial enquanto conceito político ideológico que construiu hierarquias culturais através da cor da pele.

Ignorava, portanto, a génese dessa segregação, e pintava um quadro de uma Luanda colonial em que os grandes problemas urbanos eram esses tais bairros miseráveis.

É partir do regime instituído pelo Estado Novo em 1933 que uma nova política colonial repressiva e segregadora é desenvolvida através do “Acto Colonial” de 1930 (Pinto, 2012, p.128) onde foram definidas novas formas de ocupação dos territórios (Rorato, 2016, p.9), que acabaram por promover uma reorganização do espaço urbano da cidade de Luanda e da sua toponímia (Pinto, 2012, p.128), transformando Luanda num espaço cada vez mais europeu (Nascimento, 2015, p.91) e ao mesmo tempo marginalizando a população africana do tecido urbano (Pinto, 2007, p.131). Foi assim tornando-se mais evidente a separação entre duas zonas da cidade, “a zona do asfalto” onde foi criado um “espaço urbano europeu” e outro de areia batida, o musseque, onde permaneceu a população africana definida “juridicamente como indígena” através do Estatuto do Indigenato (Rorato, 2016, p.9). Era esse o cenário do século XX: a medida que Luanda se urbanizava surgiam modelos urbanos espacial e socialmente segregadores, e a fronteira entre os musseques e cidade do asfalto, particularmente depois de 1945, tornava-se difícil de ser traçada, (Robson, 2001, p.70).

“No século XX os musseques passaram para as Ingombotas e para o Maculusso; com o decorrer dos anos foi-se dando a sua deslocação constante sobre o planalto, continuada nos dias de hoje, à medida que a cidade cresce. Portanto têm constituído uma presença permanente, e a sua multiplicação tem sido um facto incontestável, ampliada nos últimos anos pelo crescimento explosivo da imigração urbana” (Amaral, 1968).

As primeiras décadas do século XX deram início à um novo tipo de crescimento urbano em Luanda. Os sobrados da Baixa da Cidade que acolhiam as várias funções administrativas deram lugar a novos edifícios (Fonte, 2007, p.178). A arquitetura da cidade urbanizada gradualmente se alterava e se verticalizava.



Figura 11: Marginal de Luanda, anos 60



Figura 12: Mutamba – Baixa da Cidade, meados do séc. XX



Figura 13: Mercado do Kinaxixi – 1957

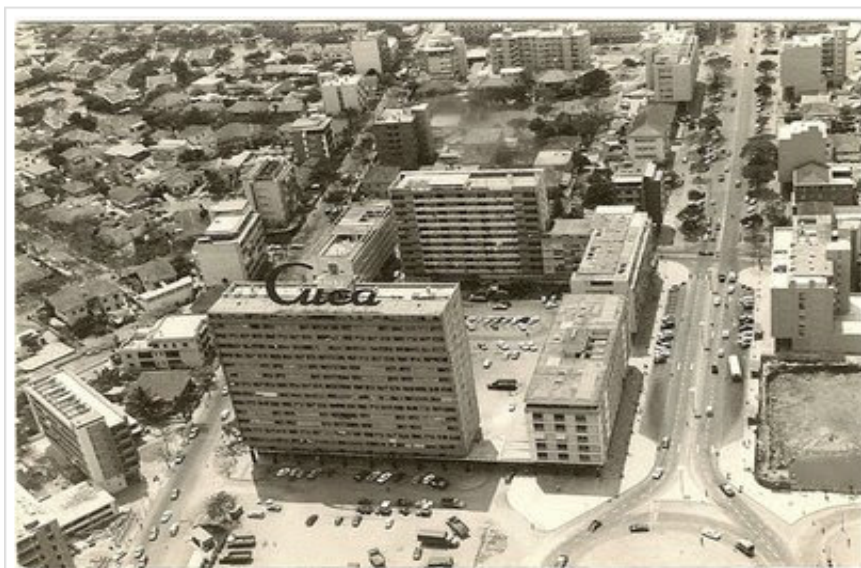


Figura 14: Kinaxixi, anos 60

O grande crescimento de Luanda em área e população dá-se a partir da década de 1940 (Robson, 2001, p.25). Entre 1940 e 1960 a população de Luanda passou de 61 mil para cerca 224 mil (Idem). Em 1942, como resposta ao crescimento demográfico de Luanda, a Câmara Municipal de Luanda convidou De Groer e David Moreira da Silva para elaborarem o primeiro Plano de Urbanização da Cidade (Fonte, 2007, p.180), que seria a primeira grande experiência ao nível do urbanismo português do século XX nas cidades coloniais (Fonte, 2007, p.84), com uma solução idêntica ao plano de Lisboa (Fonte, 2007, p.180). Os dois arquitetos, para controlar o crescimento da cidade de Luanda, propuseram a construção de cinco cidades-satélites à margem do núcleo urbano consolidado com o objetivo de conduzir a população excedentária para as cinco novas cidades (Fonte, 2007, p.84). No entanto este plano nunca chegou a ser implementado, mas a ideia dessa estrutura era encaminhar a população para as “novas cidades satélite”, “transformando-as em dormitório, e criando assim um fluxo viário constante de saídas e entradas na cidade” (Idem). Os planos de urbanização do século XX das cidades coloniais seguiram princípios que se refletiam no espaço através da tipologia das habitações e a localização dos “bairros indígenas” (Fonte, 2007, p.86), ou seja, ao núcleo central habitado maioritariamente por europeus juntava-se a população africana que constituía a mão de obra ao serviço do núcleo central (Idem).



Figura 15: Plano de Urbanização de Luanda, 1949

Entretanto, em 1957 a Câmara Municipal de Luanda manda elaborar um novo “Plano de Urbanização da Cidade de Luanda – Plano Regulador” com o objetivo de “controlar o crescimento” e de “estabelecer uma clara distinção entre as várias zonas da cidade” (Idem), que tal como o de Groer e de Moreira da Silva nunca chegou a ser implementado.

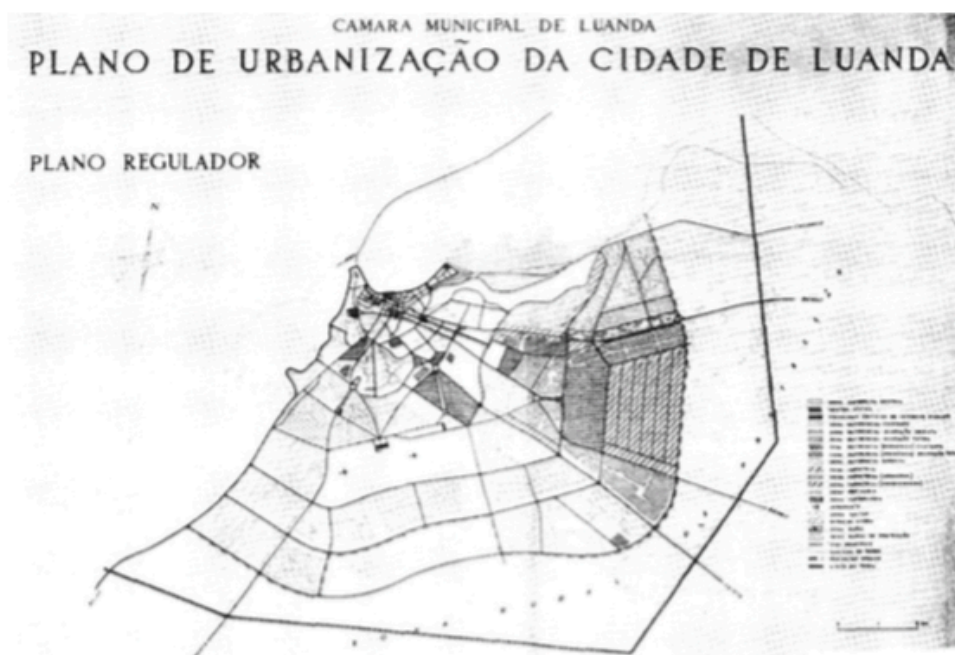


Figura 16: Plano de Urbanização da Cidade de Luanda ,1957

Será, no entanto, a equipa liderada pelo Arquiteto Fernão Simões de Carvalho, entre 1961 e 1964 que terá elaborado o primeiro Plano Diretor de Luanda (Fonte, 2007, p.185). Para Manuela Fonte, a abordagem de Simões de Carvalho mostrava uma clara influência dos princípios da Carta de Atenas, criticando “a falta de qualidade das habitações, tanto no centro como nas periferias, sublinhando a penúria e o descontrolo do crescimento da cidade, que provoca condições precárias na vida das pessoas, devido às distâncias entre os vários elementos urbanos” (Fonte, 2007, p.186). Sugeriu que:

“A organização da vida económica e social dos territórios por meio de aplicação de planos regionais, nacionais ou mesmo mundiais. Observando a nossa capital Provincial – Luanda – a sua zona de influência, a sua região – sentimos que ela tem de ser estudada como parte de um todo, como influenciadora e influenciada” (Carvalho, Fernando Simões; “Luanda e o Futuro”, 1963; citado por Fonte, Manuela; 2007, p.186).

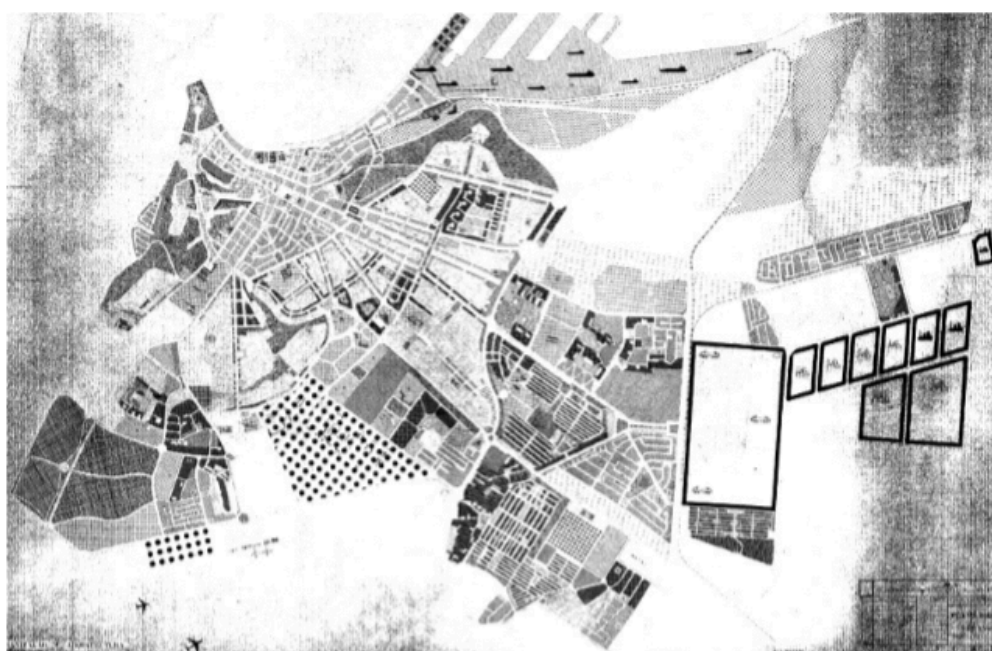


Figura 17: Planta de zonagens do Plano Diretor de Luanda, 1971

Nem todas as diretrizes previstas no plano de Simões de Carvalho foram implementadas, no entanto no que concerne os eixos estruturantes da cidade e a criação de novos bairros foram realizadas algumas mudanças neste sentido (Fonte, 2007, p.186). Dentro deste contexto, pode-se encontrar o caso do antigo musseque do Prenda que deu lugar ao Bairro do Prenda (Fonte, 2007, p.186). De igual forma aconteceu no Plano da Ilha de Luanda nos anos sessenta onde foram estabelecidas novas construções habitacionais

para os pescadores e espaços de socialização. Na nova “lógica organizacional” da “cidade moderna”, o “Centro Cívico” que teve um papel relevante enquanto “espaço de partilha por excelência”, assim como os restaurantes, os cinemas e outros espaços de convívio, criaram novas dinâmicas de sociabilidade na cidade de Luanda (Fonte, 2007, p.190). O Movimento Moderno foi assim encontrado espaço em Angola através de jovens arquitetos portugueses, que interessados na adaptação da arquitetura aos trópicos e pelo grau de liberdade que lhes era concedido em criar nas cidades coloniais procuraram dar soluções concretas a construção de edifícios valorizando a relação entre o lugar e o clima (Fonte, 2007, p.87). Dessa forma, “a clareza do discurso formal da arquitetura moderna alastrou rapidamente aos vários atores do processo de construção” (Fonte, 2007, p.94) e consequentemente foi decisiva nas transformações que marcaram o espaço urbano luandense a partir dos anos quarenta.

O último plano criado no tempo colonial foi o plano de Simões de Carvalho de 1971 que segundo Manuela Fonte, tentou consolidar o plano existente, mas com novos usos e a criação de novos espaços verdes dentro dos limites da cidade (Fonte, 2007, p.192). No entanto nunca chegou a ser implementado porque anos depois dá-se o 25 de Abril em 1974 e no ano a seguir a Independência de Angola.

Entre 1974 e 1975 quase toda a população branca do país partiu para Portugal e nos anos que seguiram as casas e os apartamentos deixados vazios em Luanda foram ocupados por outros residentes da cidade ou por angolanos regressados do exílio (Robson, 2001, p.30). Durante os anos que seguiram este período a área e a população total de Luanda não sofreram mudanças significativas, só se alterando em meados dos anos 80 quando a intensificação da instabilidade política nas zonas rurais do Planalto Central provocou o movimento de populações primeiro para as vilas, depois para as capitais das províncias e mais tarde para Luanda (Idem).

Assim, entre 1980 e 1989 a área urbana de Luanda duplicou, passando de 50,10km² para 103,04km² (PDGML, 2015), com o aumento do conflito militar o período que vai de 1989 à 1998 levou a um crescimento populacional para lá do acentuado que se refletiu no aumento da área urbana para 249,35km² (Idem). Quando em 1940 a população urbana era de 61 mil habitantes, vinte anos depois já era de 480.613, em 1991 era de 1.583.779 e em 2000 somava os 3.276.991 habitantes (Robson, 2001, p.36).

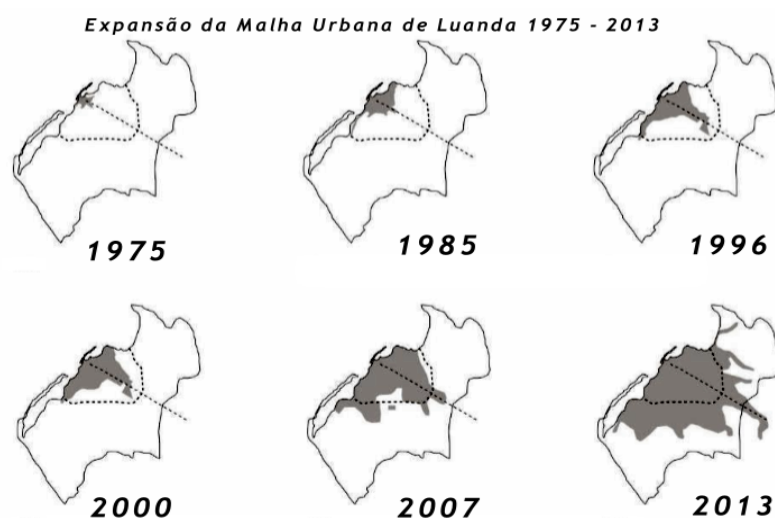


Figura 18: Expansão da Malha Urbana de Luanda 1975-2013

A Luanda de hoje é assim fruto de décadas do conflito militar (Robson et al., 2001, p.34), mas é na década de 90 o auge do conflito, fazendo com que Luanda se tornasse no principal objetivo para maioria das populações do interior (Robson et al., 2001, p.46). Como consequência sofreu uma explosão demográfica que intensificou ainda mais a segregação do espaço urbano e consequentemente a absorção da grande maioria de programas de investimento e financiamento do Governo de Angola (Idem).

Hoje a população de Luanda estende-se ao longo de uma área de 3.000 km² (Idem) (PDGML, 2015). O que significa que essa expansão forçada aconteceu de forma desordenada intensificando a construção de habitações em áreas de risco.

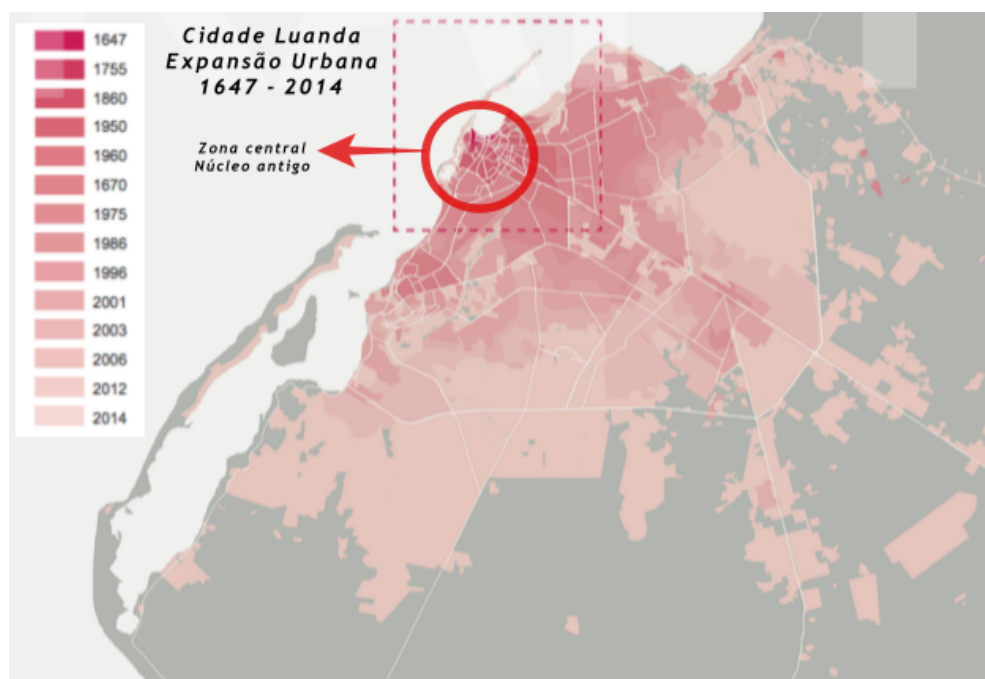


Figura 19: Expansão Urbana de Luanda (1647-2015)

Quanto aos planos de desenvolvimento urbano, depois da independência foram sendo sucessivamente elaborados diversos instrumentos de atuação: o Plano Diretor para Luanda em 1979; o Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade entre 1995 e 1997; o Plano da Nova Cidade de Luanda em 2006 elaborado sob a responsabilidade do *China International Fund Ltd* (CIF) que tinha como objetivo o desenvolvimento de uma nova cidade (Folha 8, 2016).

Surge por fim o Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda, lançado em 2015, onde estão definidas diretrizes para o modelo de desenvolvimento da província de Luanda para os próximos anos.

No diagnóstico feito no PDGML, 80% da população luandense vive em musseques. Relativamente às questões destacadas no novo PDGML, é de grande interesse para a estrutura analítica desta pesquisa a abordagem feita sobre a intervenção nos musseques através de processos de regeneração urbana, embora já o Plano de Desenvolvimento Provincial 2013/2017 tivesse abordado a necessidade de reabilitação, estruturação e qualificação das áreas degradadas da cidade de Luanda, considerando inclusive como as grandes prioridades dentro do quadro de desenvolvimento urbano da província. (PDPL, 2013, p. 187).



Figura 20: Luanda – Área do Projeto do PDGML

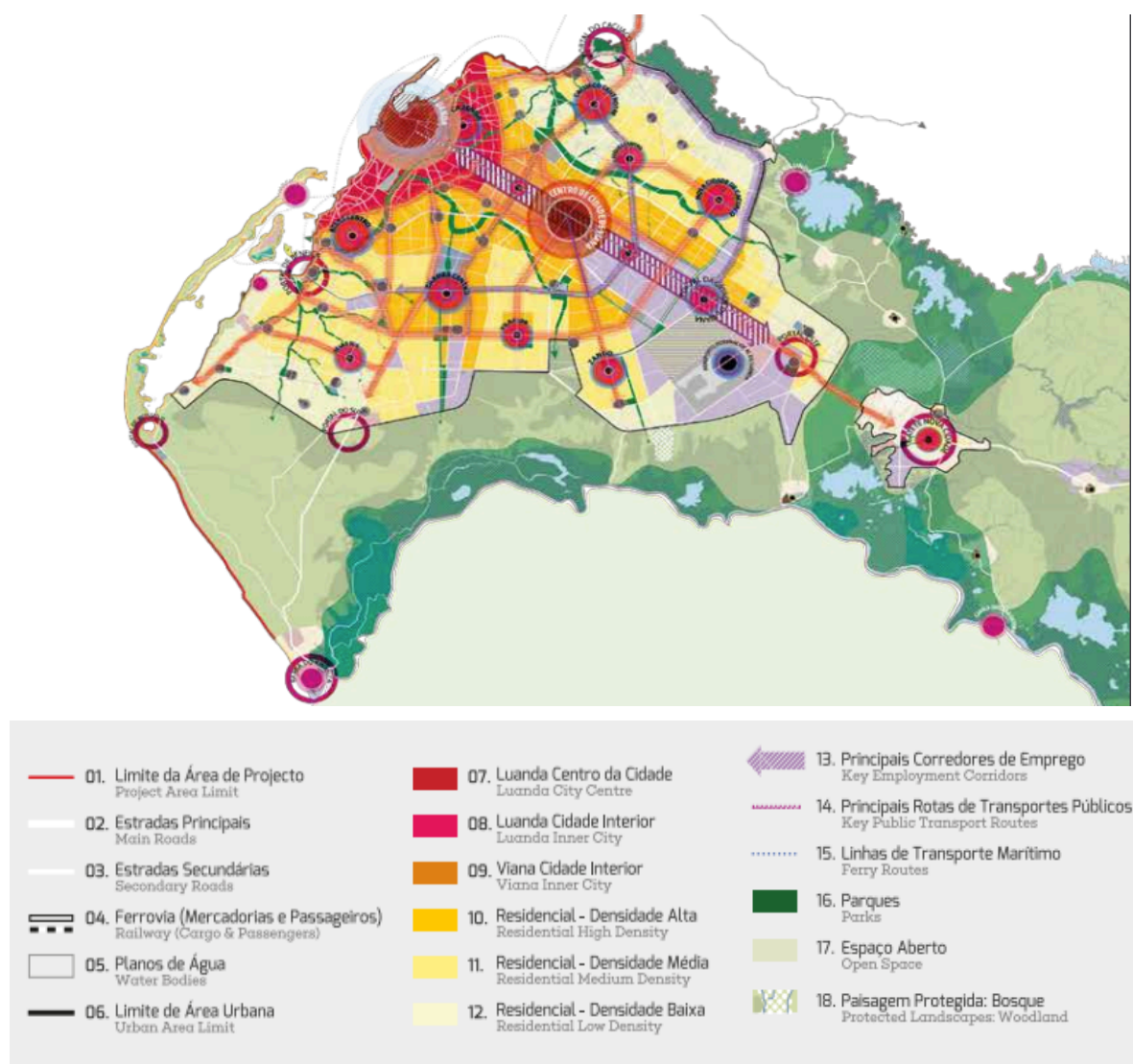


Figura 21: Estrutura de desenvolvimento do PDGML

Atualmente, Luanda foi dividida administrativamente em sete municípios: Luanda, Belas, Cazenga, Viana, Cacuaco, Icolo e Bengo e Quissama (PDGML, 2015), e concentra aproximadamente 7 milhões de habitantes. O município de Luanda conta com seis distritos urbanos que são: Maianga, Kilamba Kiaxi, Ingombota, Samba, Rangel e Sambizanga e de todos é o mais urbanizado, o grande centro de emprego e o mais populoso (PDGML, 2015). O Bairro Operário, o caso de estudo aprofundado no âmbito, faz parte do distrito do Sambizanga.



Figura 23: Vista aérea da cidade de Luanda. Bairros Catambor e Prenda (2015)

Nos estudos encaminhados pela ONG Development Workshop em 2005 sobre os tipos de assentamentos que definem territorialmente a província de Luanda, foram identificados dez tipos de assentamentos, um rural e os restantes urbanos. Nesta classificação foram usados os seguintes critérios: período de construção, estrutura física, qualidade da construção, segurança, infraestruturas urbanas e serviços públicos.

Centro Urbano Antigo	<ul style="list-style-type: none"> - Edificados do tempo colonial – arquitetura do tipo clássico português e moderno – (coexistindo com edifícios verticais de arquitetura contemporânea construídos recentemente); - Grande parte do edificado encontra-se altamente degradado pela débil manutenção;
Bairros Populares	<ul style="list-style-type: none"> - Construídos no tempo colonial para funcionários operários ou de baixa renda (zona residencial de famílias da classe trabalhadora negra e famílias brancas pobres); - Hoje altamente densificados e degradados (coexistem habitações do tipo do musseque).

Zonas de habitação Social	- Construídas no pós-conflito militar pelo Governo (no Panguila, Cacuaco, Zango e em Viana).
Zonas de Autoconstrução dirigida	- Áreas constituídas por moradias unifamiliares, planeadas pelo governo ou por famílias economicamente estáveis.
Musseques de Transição	- Localizados dentro da cidade formal, existindo mesmo antes da independência, altamente densificados, níveis elevados de pobreza e degradação habitacional; - Áreas de alto valor fundiário pela localização. Conforme a classificação estão incluídos aqui o Bairro Operário e o Catambor.
Musseques Ordenados	- Construídos pelos próprios moradores na década de 1980, apresentam arruamentos em reticula, sendo que alguns foram construídos como extensão dos bairros populares (Palanca e Mabor). Incluem algumas habitações do tempo colonial, - Os níveis de pobreza não são tão elevados.
Musseques Antigos	- Desenvolveram-se no tempo colonial com o crescimento da cidade, em 1975 já tinham uma grande dimensão e expandiram-se para dentro atingindo os limites da cidade formal. Expandiram-se igualmente para áreas de risco. - Agregado familiar muito extenso e fluxo grande de emigrantes (bairro Sagrada Esperança e do Cazenga).
Musseques Periféricos	- Desenvolveram-se na periferia da cidade e instalou-se a população que escapou a guerra; - Localizadas a uma grande distância da cidade, famílias de rendimento muito baixo, grande dependência do mercado informal e densificação mais baixa que os restantes musseques (alguns no Cacuaco, Viana e Camama).
Condomínios fechados/ novos subúrbios urbanizados	- Construídos no pós-independência, projetos imobiliários de parcerias público privadas. Investimento do Estado em projetos de urbanização de novas zonas (Morro Bento, Talatona, Benfica, Cacuaco, Viana e Camama) - Destinados aos expatriados e às famílias de médio e alto rendimento.
Assentamentos Rurais	- São aglomerados formados fora dos limites da cidade, mas dentro dos limites da província de Luanda. Ocupação rural com espaços dedicados à agricultura. Baixa densidade populacional.

Figura 22: Tipologia dos assentamentos em Luanda

À luz desta caracterização o Bairro Operário é um musseque de transição, localizado dentro do perímetro central, mas com um habitações altamente degradadas e um índice de pobreza igualmente elevado. O que era então a “cidade informal”, os musseques, constituem hoje 49% da malha urbana de Luanda e neles vivem 80% da população de Luanda (PDGML, 2015), o que significa que os musseques, apesar da conotação pejorativa importada do período colonial, representam verdadeiramente o que é Luanda, neles

formaram-se novas identidades de grande valor social e cultural, constituindo a fonte de uma (ou várias) cultura urbana luandense (CEICA, 2017).

IV. 2. O Bairro Operário: Tempo e Espaço

Dentro da dicotomia “cidade formal” e “cidade informal” ficou o Bairro Operário, uma espécie de “bolsa de musseque” dentro da cidade urbanizada. Construído onde antes se encontrava o Musseque Burity (Robson, 2001, p.25) e cujo desenvolvimento coincide com a implantação do poder colonial salazarista (Santos, 1999, p.10). Inicialmente, na área aonde se encontra o Bairro Operário, tinham sido construídas cubatas pela população africana que trabalhava na estação ferroviária do Bungo mas com o tempo o número de casas foi crescendo de forma aleatória, até ao momento em que a Câmara Municipal de Luanda na década de 30 interveio traçando ortogonalmente toda a área (Cardoso, 2014). Pelo período em que o mesmo foi construído, acredita-se que haja uma ligação entre o tipo de habitação e traçado da malha urbana usado nos Programa de Casas Económicas criado pelo Estado Novo para Portugal na mesma época. Como se podia esperar, de acordo com os propósitos da sua construção, o bairro “tão pouco revela testemunhos arquitetónicos ou urbanos clássicos”, mas tal não impediu que representasse para alguns “expressão notável da vida urbana luandense” (Santos, 1999).

“(…) Rapidamente a Câmara Municipal de Luanda (...) traçou ruas a régua e esquadro mas não as asfaltou. Nem deu água ou luz aos moradores. Musseque meio urbanizado, meio por urbanizar” (Cardoso, 2014).

As reformas coloniais do regime do Estado Novo incentivaram uma grande imigração portuguesa para Angola (Milheiro, 2013, p.123), o que fez com que houvesse um grande movimento de famílias africanas que viviam em bairros mais centrais para áreas afastadas do centro da cidade, dentre elas o Bairro Operário (Nascimento, 2015, p.80). Este movimento de famílias acabou por promover “novos arranjos populacionais” onde famílias angolanas de diversas origens acabaram por se aproximar (Nascimento, 2015, p.80), o que

contribuiu para uma reação mais coesa contra o colonialismo (Nascimento, 2015, p.80), e considera este autor o motivo para o bairro se ter transformado num “lugar de encontro simbólico” entre a população que lá se juntou, “criando-se uma dicotomia entre a cidade europeia e a cidade africana” (Nascimento, 2015, p. 90).

“(...) os musseques não apenas envolvem a cidade de betão, elas interrompem-na e nela se inserem. Esta imbricação antiga persiste durante o crescimento dos anos cinquenta, não mais, no entanto, no coração da baixa, de onde os musseques são eliminados e onde dominam doravante os edifícios modernos (...) (Messiant, 1989; citado por Robson, 2001, p,70).

Para Jacques dos Santos, o Bairro Operário representava uma “Fundação”, um “estabelecimento de utilidade pública com suas normas e preceitos” (Santos, 1999, p.35) onde estava “o coração da vida popular luandense” e era visível a “riqueza do Kaluanda⁸” pela sua forma de estar e na “alegria que tem de viver em condomínio francamente aberto” (Idem). Mas ao mesmo tempo que era possível ver a alegria do Kaluanda também era visível “o drama do povo”.

⁸ Kaluanda é alguém que é natural de Luanda.



Figura 24: Habitação do tempo colonial (construção de madeira e telhado de zinco)

O conto de Arnaldo Santos escrito nos anos sessenta é bastante elucidativo sobre essa realidade que Jacques dos Santos cita:

“Por que que o Bairro Operário não tem luz? [...] Então as casas de pau- a-pique não tem direito a luz elétrica?! Como é que as pessoas iam comer e brincar a noite? E nas ruas por que não punham candeeiro como os da baixa?” (Santos, Arnaldo, *“Bairro Operário não tem luz”*, 1960; citado por Nascimento, 2015, p.95).



Figura 25: Crianças nas ruas do bairro

No seu livro o “O ABC do Bê Ó”, Jacques dos Santos conta que muitos lugares no Bairro Operário eram “cartas de apresentação do Bê Ó”, que havia lugares de referência, “que toda gente conhecia”; como a “Casa dos Panfletos” onde foi produzida propaganda anticolonialista, a “Lavandaria Pública”, ponto de encontro “para a livre troca de ideias” ou ainda o “Pátio do Xodó”, que era a casa onde grupo de música N’gola Ritmos⁹ ensaiava e também se realizavam algumas festas (Santos, 1999, p.272). Se a cidade “é objeto da percepção dos seus habitantes” (Lynch, 1960, p.13), claramente, que as memórias de Arlindo Santos refletem a sua percepção em relação ao bairro, as experiências que teve, os vínculos que criou e as relações que construiu.

“Qualquer vila ou cidade, mesmo bairro ou rua, tem normalmente pontos de referência, localizados em edifícios, sítios, lugares ou monumentos. No Bairro Operário nunca existiram monumentos, mas o sítio é dono de variadíssimas referências em termos de locais por todos conhecidos” (Santos, 1999, p.271).



Figura 26: Habitação do tempo colonial (construções de tijolo e telhado de zinco)

⁹ Ngola Ritmos foi um grupo de música angolano criado em finais da década de 1940. “A música dos N’gola Ritmos apresentou no cenário angolano uma outra possibilidade da palavra, como mais um elemento contestador e de resistência ao lado da literatura. Ao apresentar um repertório popular que se aproximava dos angolanos, proporcionaram, dessa forma, converter o espaço da festa em espaço de mobilização. Assim, o ritmo se fez história de luta, coragem e consciência” (Lopes, Estefânia, in “N’Gola Ritmos – do ritmo e da palavra se fez luta”).

Dos vários momentos de resistência que caracterizam a presença europeia no território de Angola, a época que marca o período de intensa urbanização pautou-se por um tipo de resistência que foi consequência da nova organização política, cultural e económica (Nascimento, 2015, p.100), por esse motivo a busca por espaços simbólicos em meados do século XX, fez com que os bairros aonde se aglomerou a população africana se constituíssem como elementos importantes do que poderíamos chamar de tentativa de construção (e imaginação) de uma identidade angolana. Que apesar das visões estereotipadas que os angolanos de origens diferentes criaram uns em relação aos outros, integrando aquilo que o historiador angolano Alberto Oliveira Pinto designou por facto colonial (Pinto, 2012, p.16), o Bairro Operário constituiu-se como um espaço com “identidade angolana”, embora dentro dele tenham coexistido grupos sociais de origens diferentes e também porque, tal como o Bairro Operário, muitos outros que nasceram em condições iguais ou parecidas, constituíram uma de várias Luanda.

Atualmente o Bairro Operário tem o mesmo aspeto de terra batida do tempo colonial, porém numa proporção muito maior porque, tal como os restantes bairros da cidade, o mesmo sofreu uma explosão demográfica durante e após o conflito militar. Ao longo da década de 90, a cidade de Luanda representou o lugar de refúgio mais procurado e isso foi visível no aumento da densidade das áreas já habitadas, influenciando a construção de anexos nas habitações já existentes, de habitações nas margens de algumas estradas e em alguns terrenos ainda vazios (Robson et al., 2001, p. 34). É por este motivo que a densidade populacional é maior nos bairros e musseques mais antigos uma vez que estão mais próximos do centro da cidade (Robson et al., 2001, p.71).

Hoje o tecido urbano do bairro é complexo, coexistindo casas de épocas diferentes, construções do tempo colonial, prédios, moradias, estabelecimentos comerciais, casas reabilitadas e construídas pelos próprios moradores. Quer dizer que as habitações vão variar de acordo o período em que foram construídas e também pela capacidade económica de cada família em torná-las em lugares mais habitáveis.



Figura 27: Diferentes tipologias de habitação



Figura 28: Construção do tempo colonial



Figura 29: Conjunto Habitacional do Bairro Operário

Relativamente às tentativas de intervenção no bairro, vale destacar o Plano Diretor da Cidade de Luanda coordenado por Simões de Carvalho, que previa a construção de grandes edifícios e a unificação de alamedas. Este plano foi determinante para a decisão do governo colonial em demolir o Bairro Operário em 1967 (Santos, 1999, p.45). Entretanto já nos anos quarenta havia sido manifestada a intenção do governo em demolir o bairro, mas, segundo Jacques dos Santos, um grupo de mulheres terá contestado em frente ao palácio do Governo para que o plano não fosse em frente, mas não se sabe ao certo os reais motivos para o mesmo não ter sido executado. Décadas mais tarde, seriam os comerciantes portugueses, que praticamente detinham todos os estabelecimentos comerciais que existiam no bairro, que iriam contestar a decisão de demolição (Idem). Tal nunca aconteceu, mas a construção de prédios a volta do Bairro Operário mostrava que a intenção do governo em demolir o bairro permanecia (Idem), todavia o bairro sobreviveu, à sua maneira, mas os problemas de ontem continuam os mesmos de hoje, os efeitos da inatividade no que toca o tratamento dos problemas infraestruturais do mesmo permanecem, e, por isso, a palavra de ordem ainda é demolir. É, portanto, devido aos incessantes problemas infraestruturais do bairro que o mesmo está em vias de ser requalificado como parte do “Programa Executivo do Regime Especial da Reversão Urbana nos Bairros do Sambizanga e Bairro Operário” elaborado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros de Angola no ano de 2015. A estrutura do novo Plano de

Requalificação será abordada no próximo capítulo, no âmbito da discussão de resultados aí realizada.

V. Resultados e Discussão

No presente capítulo serão analisados o Plano de Requalificação do Bairro Operário em Angola e os procedimentos do processo de requalificação à luz dos conceitos observados.

V.1. O Plano de Requalificação do Bairro Operário

O Plano que aqui se analisa, que nos foi cedido pelo IPGUL, e elaborado em 2014, é um plano muito geral, somente com a proposta da nova configuração do espaço do bairro. Não foi possível saber se o mesmo sofreu atualmente alguma alteração desde a data da sua elaboração, portanto analisam-se aqui fragmentos do plano que, embora pouco minucioso, foi suficiente para se perceber o que está subjacente na requalificação do bairro.

O Plano de Requalificação do Bairro Operário faz parte do Programa Executivo do Regime Especial da Reconversão Urbana nos Bairros do Sambizanga e Bairro Operário que é

um fragmento do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo, onde novas cidades e centralidades foram construídas juntamente com a reabilitação de alguns aglomerados populacionais. Foi então decidido em 2011 pelo governo de que o Bairro Operário seria requalificado com o objetivo de criar melhores condições de habitabilidade (Angop, 2015).



Figura 30: Enquadramento do Bairro Operário na malha urbana

A área total do bairro corresponde à um total de 371.113,14 m², onde a área construída corresponde a um total de 614.859,86 m² e a área que não será demolida corresponde a 703,20m² de toda a área, ou seja, praticamente todo o bairro será demolido, salvo alguns edifícios que serão reaproveitados.



Figura 31: Área de intervenção

O Bairro Operário está limitado pela rua Ndunduma à Oeste, rua Cónego Manuel das Neves à Este, rua de Manuel Van-Dúnem à Sul pela rua Garcia Neto à sul.



Figura 32: Proposta do Edificado

No plano as áreas identificadas a laranja são os edifícios que serão conservados. Embora não seja mencionada como será feita a reabilitação da área edificada, é visível que o bairro todo será praticamente demolido. A área habitacional corresponderá a 545 868 m², em que são propostos edifícios e moradias, enquanto que a área reservada para serviços e comércio será de 176 264 m².

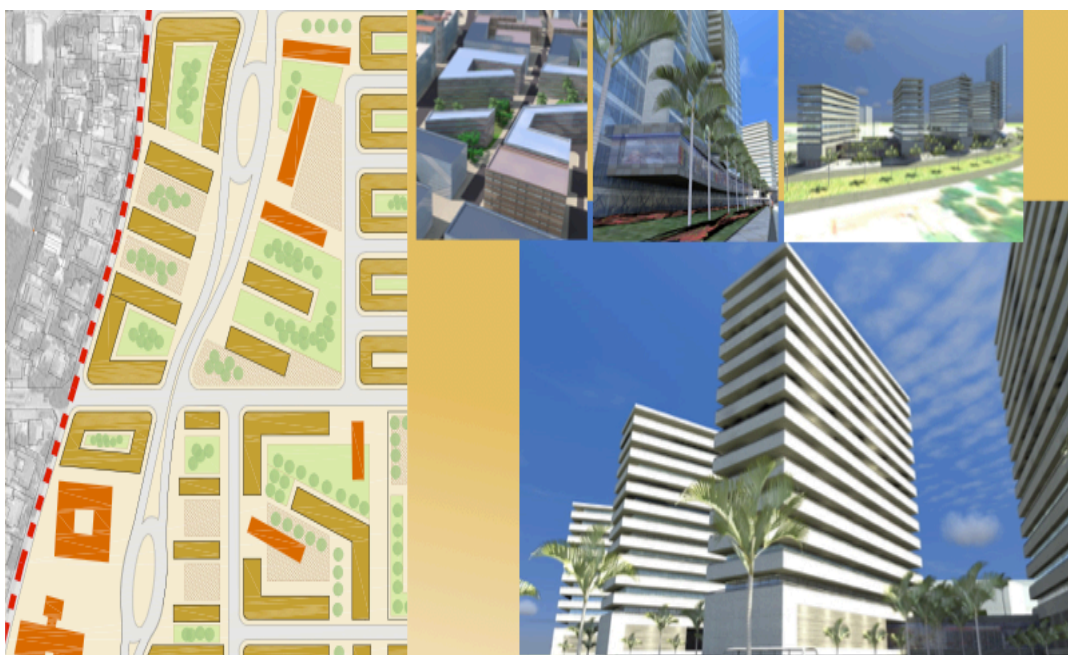


Figura 33: Edifícios propostos












Figura 34: Moradias propostas

Embora o plano que se analisa seja de 2014, ano que antecede a data do seu lançamento, no mesmo não está definido o tipo de zoneamento que será aplicado. Neste sentido, pelo facto do IPGUL nos ter cedido o projeto arquitetónico elaborado em 2010 que dá mais detalhes sobre o uso e a ocupação do solo, embora com algumas diferenças relativamente às propostas finais do plano, como a construção de moradias que constam no plano mas não constam no projeto, optamos por analisar a proposta de zoneamento

desenvolvida no projeto sem termos certeza de que será efetivamente implementado uma vez que foram os únicos documentos que nos foram cedidos pelo IPGUL, por isso tentou-se fazer um paralelo entre os dois mas o facto de não haver um documento que incluía todas as diretrizes de forma detalhada não foi possível saber até que ponto a análise corresponderá ao plano atual.



Figura 35: Esboço das diretrizes do projeto

<p>Sistema Viário:</p> <p> Prolongamento da Alameda Manuel Van Dúnem</p> <p> Vias Transversais</p> <p> Eixo Verde</p> <p>Reassentamentos Residentes:</p> <p> Habitações de interesse social, eixos de comércio e serviços vicinais</p>	<p>Edificações Existentes:</p> <p> Prédios a serem preservados</p> <p> Equipamentos Públicos Existentes</p> <p> A implantar/ especiais</p>
<p>Requalificação Urbana</p> <p> Criação de zonas residenciais</p>	<p> Incorporação de interesse social do IPGUL, implantação de empreendimentos especiais</p>

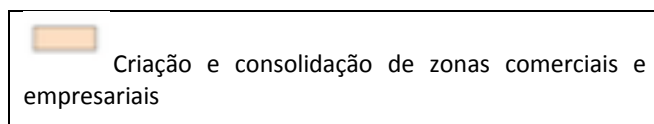


Figura 36: Diretrizes do plano

Toda área em amarelo na figura 34 está destinada a demolição, que no quadro diretivo do projeto corresponde a área que será requalificada, ou seja, é a área estipulada para a implantação de edifícios novos de média densidade de uso misto, como se vê no zoneamento abaixo, onde o bairro foi dividido em cinco grandes áreas que ficaram definidas através dos seguintes parâmetros de uso e ocupação do solo:

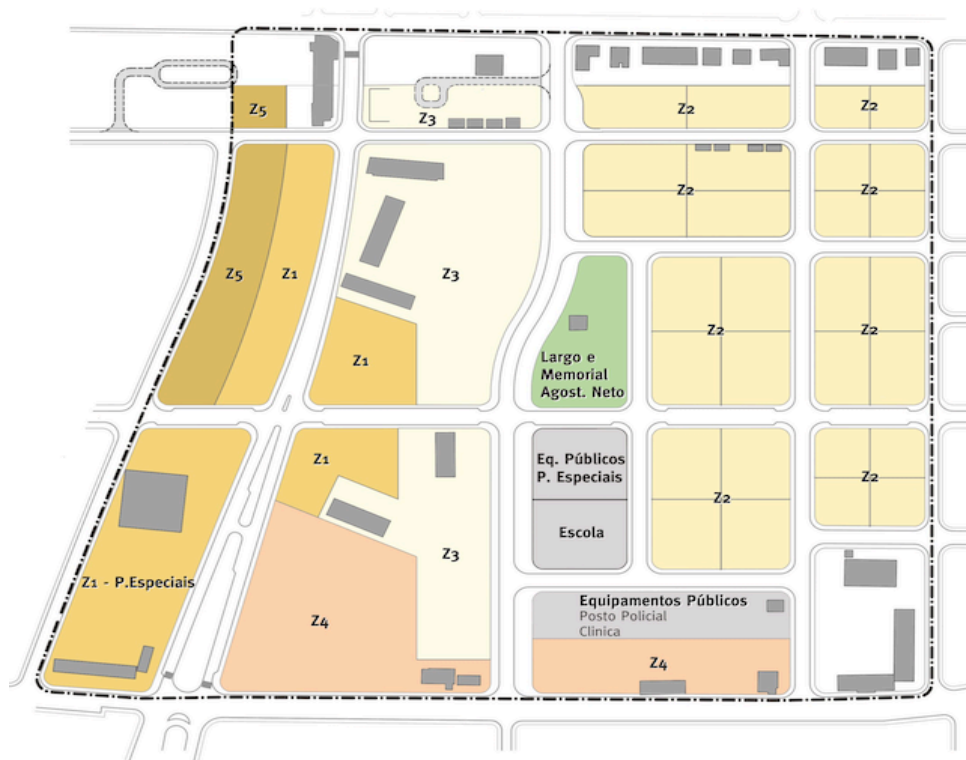


Figura 37: Proposta de zoneamento

ZONA PRIVADA	ZONA PÚBLICA
<p>Zona 1 - Zona residencial de alta densidade: tem como objetivo ordenar o uso do solo ao longo da alameda Manuel Van-Dúnem e caracterizar a sua paisagem com a implantação de edifícios residenciais;</p> <p>Zona 2 – Zona de Uso Misto: tem como objetivo estimular a implantação de edifícios de média densidade e médio padrão, com usos mistos. Permitirá o uso comercial no piso térreo.</p>	<p>Área marcada a cinzento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos públicos: projetos especiais, escolas, equipamentos comunitários <p>Área marcada a verde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Áreas verdes: Largo Agostinho Neto, jardins

Zona 3- Zona de Reassentamento Popular (Habitação Social): tem como objetivo promover o realojamento da população que reside atualmente no bairro em novos edifícios. Zona 4: Zona Empresarial e Comercial Zona 5: Zona Residencial de média densidade	
---	--

Figura 38: Parâmetros de uso e ocupação do solo

Somente a Zona 3, definida como Zona de Reassentamento Popular, tem como objetivo realojar a população que atualmente reside nas habitações construídas no tempo colonial. Por não termos dados exatos sobre o número de habitações do tempo colonial, sendo que só as pessoas que vivem nestas habitações serão as únicas a serem realojadas no bairro, não foi possível estimar, das 180 mil pessoas que vivem no bairro, quantas aproximadamente ficariam no bairro. Pelo desenho é visível uma organização do espaço a partir de uma matriz funcionalista, com traçados geometricamente bem definidos; no entanto, a escala dimensional dos edificadoss altera-se, deixando de ser o que se poderia chamar de um bairro “à escala humana”, para dar origem a edifícios altos.

Se considerarmos os pressupostos de uma requalificação urbana a partir da abordagem desenvolvida no terceiro capítulo onde se prevê:

- Valorização da área através de mecanismos de dinamização social, económica para uma melhor qualidade de vida das populações;
- Manutenção dos residentes nas áreas de intervenção;
- Construção ou recuperação de equipamentos ou infraestruturas;
- Valorização do espaço público;
- Reintrodução de qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade.

O projeto arquitetónico mostra, no entanto, que não são considerados na requalificação no bairro operário os pressupostos que se analisou uma vez que se espera uma demolição integral do tecido urbano e substituição do tecido social. Considerando que noutros contextos a requalificação dos espaços urbanos enquanto um processo fundado numa lógica de preservação permitiu romper com estratégias de demolição do tecido urbano através da possibilidade de se conservar a identidade dos lugares pelos seus valores

socioculturais, podem então os programas de requalificação urbana defender uma abordagem em que se estabeleça critérios de conservação dos valores socioculturais e históricos dos lugares, mas ao mesmo tempo reconhecendo a sua situação presente e os problemas de salubridade e habitabilidade; ou seja, a valorização do lugar para efeitos de processos de requalificação deverá estar igualmente inserida na sua realidade contemporânea, o presente e o passado precisam estar em constante articulação. O que significa que os processos de requalificação urbana, seguindo esta lógica, podem estar em sintonia com o contexto local e territorial. Considerando que os lugares valorizam-se pela sua história mas enquadrados no tempo presente, a mobilidade e acessibilidade tornam-se questões cruciais nos programas de intervenção urbana pelos problemas criados neste sentido com o crescimento das cidades.

É seguindo uma visão que considera estes desafios que, para o caso de Luanda, o representante da UN-Habitat, Thomaz Ramalho, arquiteto e urbanista, para assessorar o governo angolano na execução da Política Nacional e Ordenamento do Território e Urbanismo, defende uma visão integral na questão da “erradicação dos musseques” (Ramalho, 2016) a partir de duas abordagens: a primeira é a abordagem preventiva – que não permite que surjam novos musseques – nesta, a construção de moradias para a população que não tem capacidade para entrar nos mecanismos formais de aquisição de habitações seria uma solução; a segunda é a abordagem corretiva em que a solução não passa pelo realojamento das pessoas em novas áreas mas sim na manutenção das mesmas nos lugares onde já residem (Ramalho, 2016), isto é, na requalificação dos musseques.

A ideia desta abordagem passa por perceber primeiramente porque as pessoas escolhem uns lugares ao invés de outros, já que existe uma racionalidade quando as pessoas se localizam num determinado território e que para as pessoas mais carentes do ponto de vista económico a questão da acessibilidade é um fator importante (Ramalho, 2016). E o que tem acontecido quando as pessoas são realojadas no Zango, apesar das moradias terem melhores condições que a grande maioria das casas nos musseques, é que o facto de terem de gastar mais do que o salário mínimo mensalmente para acederem ao centro de emprego e aos equipamentos sociais mais básicos leva-as a preferirem muitas vezes até zonas de risco pelo acesso que podem ter ao centro, e por conseguinte tratam-se de escolhas racionais que tentam otimizar ao máximo os recursos (Ramalho, 2016).

V. 2. Metodologia e Estratégias da Requalificação do Bairro Operário

Pretende-se agora analisar os procedimentos definidos no processo de requalificação através de declarações oficiais de representantes do Governo nos canais de comunicação nacional uma vez que não se teve acesso ao próprio plano. Esta análise será feita em simultâneo e em confronto direto com os testemunhos recolhidos junto dos moradores do Bairro Operário, obtidos através das entrevistas realizadas.

Canais de Comunicação Nacional	Datas	Informações sobre o Processo de intervenção
<p><u>Notícia nº 1: Jornal de Angola</u></p> <p>“Edifícios modernos no Bairro Operário”</p>	Agosto/ 2011	<p>1º O projeto é de responsabilidade da administração municipal do Sambizanga em coordenação com técnicos do Governo Provincial de Luanda e do Ministério do Planeamento e assenta na realização de um censo populacional e habitacional;</p> <p>2º As moradias que não estiverem cadastradas não serão validadas para realojamento;</p> <p>3º Serão edificados há poucos metros do Bairro Operário, a cargo de uma construtora chinesa, três edifícios de 18 andares com apartamentos T2, T3 e T4;</p> <p>4º Sobre a permanência dos moradores no bairro, foi assegurado nesta altura de que todos os moradores seriam transferidos para casas novas no interior do bairro.</p>
<p><u>Notícia nº 2: África 21 Digital</u></p> <p>“Prosseguem obras de requalificação do antigo Bairro Operário na capital angolana”</p>	Dezembro/2014	<p>1º Os apartamentos do edifício Anangola são para os titulares das casas principais no bairro, devendo os moradores dos anexos na condição de inquilinos ser transferidos para o Zango;</p> <p>2º Serão transferidas para o edifício as famílias que vivem em casas construídas no tempo colonial;</p> <p>3º Aos herdeiros da casa principal que vivem nos anexos serão atribuídas casas no zango e um apartamento nos novos edifícios;</p> <p>4º Os moradores vão ocupar os edifícios a custo zero;</p> <p>5º A Associação dos Amigos e Naturais do Bairro tem colaborado com o Governo de Luanda;</p>

		6º Serão construídos mais dois edifícios nos espaços que forem demolidas moradias.
Notícia nº 3: Jornal de Angola “Requalificar os musseques leva dignidade às populações”	Setembro/2015	1º Serão criadas condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade para as famílias mais antigas do bairro mediante condições ainda por estabelecer mas que permitam o seu regresso às zonas principais do projeto, à medida que forem construídos os edifícios; 2º Às restantes famílias vai ser assegurado o realojamento fora das áreas de requalificação, em habitações de cariz evolutivo, para que possam dar continuidade à construção a seu gosto. 3º No edifício Anangola serão acomodados os senhorios ou responsáveis das casas-mãe e os ocupantes dos anexos ou inquilinos serão transferidos para o Zango.

Figura 39: Análise de declarações oficiais – Trechos de notícias de jornais nacionais

Apesar de ter sido afirmado em 2011 que o Governo Provincial de Luanda (GPL) seria um dos responsáveis pelo projeto, quando se tentou obter mais informações na administração municipal de Luanda sobre a fase em que o plano se encontrava foi-nos informado que o mesmo não estava sob sua responsabilidade e que, por conseguinte, não lhes era possível dar informações sobre o estado do plano. Também no IPGUL não nos conseguiram informar sobre as entidades atualmente responsáveis pelo plano; a partir disso decidiu-se fazer uma análise ao que era declarado nos meios de comunicação social por se considerar que a informação corresponderia, grosso modo, aos mecanismos definidos para a intervenção no bairro.

Inicialmente, em 2011, havia sido declarado de que haviam sido definidos instrumentos de intervenção que garantissem que todos os moradores fossem transferidos para casas novas no interior do bairro. Entretanto, três anos depois, teve-se conhecimento a partir de uma notícia de 2014 de que só os titulares das casas principais construídas no tempo colonial voltariam a residir no bairro e que os moradores dos anexos na condição de inquilinos seriam transferidos para o Zango. Àqueles que fossem herdeiros da casa principal, depois da situação resolvida em tribunal, seria cedido um apartamento nos novos edifícios e casas no Zango.

Acredita-se que essa decisão tenha tido as seguintes condicionantes:

- A maioria das casas têm anexos onde residem usualmente os filhos dos donos das casas, entre três a cinco famílias, ou famílias que alugam os espaços, pagando, portanto, uma renda aos proprietários da casa principal. O que significa que numa habitação com anexos podem residir entre 15 a 20 pessoas;
- O número de habitações não corresponde ao número de famílias o que comprova que a densidade populacional do bairro é extremamente elevada, e por isso a questão do realojamento de todos residentes no bairro após a requalificação tornou-se mais complexa.

Conforme se verificou, os processos de demolição e realojamento seriam realizados de forma gradual onde numa primeira fase seria urbanizada uma área sem ocupação onde fosse possível ir acomodando os residentes à medida que as casas iam sendo demolidas. Nas visitas ao bairro constatou-se que no edifício Anangola, o primeiro no âmbito do plano, a poucos metros do bairro, menos de metade dos moradores que habitam os apartamentos são ex-moradores do Bairro Operário. Esta situação foi posteriormente confirmada por uma notícia publicada no Jornal de Angola em Fevereiro de 2016 sobre a transferência dos moradores de um edifício no Kinaxixi, por indícios de risco de desabamento, para o edifício Anangola. Por conseguinte o primeiro edifício construído como parte do plano de requalificação acabava por ter de acolher outras famílias que não do Bairro Operário.

V.3. Análise Qualitativa dos Dados da Entrevistas

A partir das entrevistas foi possível ter dados sobre as circunstâncias em que a primeira fase do plano se desdobrou, e embora a amostra seja reduzida para se poderem tirar conclusões definitivas e extrapolações, os testemunhos recolhidos mas permitiram fazer um cruzamento entre algumas informações que se obteve nos canais de comunicação nacional.

Conforme afirmado pelo antigo governador de Luanda, a requalificação do bairro seria feita de forma faseada, isto é, à medida que fossem sendo construídos os novos edifícios

iam sendo realojadas as famílias que, segundo o anteriormente estabelecido voltariam a residir dentro do bairro.

A primeira fase marca-se então pelos seguintes eventos:

1º Resistência por parte dos moradores que habitam as habitações construídas no tempo colonial por não aceitarem as condições dos apartamentos e por rejeitarem a opção/condição de ir para o Zango;

2º Demolição de algumas casas e realojamento de algumas famílias no novo edifício;

3º Pelo realojamento dos moradores do Kinaxixi no novo edifício do Bairro Operário ter diminuído o número de apartamentos disponíveis para o realojamento dos moradores que residiam as habitações que faziam parte da primeira fase do processo de demolição, os moradores foram informados que, nas novas circunstâncias, caso não resistissem às demolições, seriam realojados no novo edifício nos restantes apartamentos, caso contrário iriam para o Zango. O que aconteceu depois disso é que, com receio de irem para o Zango, algumas famílias acabaram por ceder à pressão e escolheram deixar as suas casas para ir para o novo edifício.



Figura 40: Localização do Edifício Anangola

Todos os entrevistados se mostraram conscientes sobre os problemas de salubridade do bairro e se manifestaram desejosos por uma transformação no bairro, mas que a mesma

implicasse melhores condições de habitabilidade e na condição de poderem permanecer no bairro; uns pelo vínculo que têm ao mesmo e outros pela acessibilidade que a localização do bairro oferece, constatando-se que a possibilidade de ir viver para o Zango nas circunstâncias atuais é praticamente inconcebível por parte dos moradores que se entrevistou.

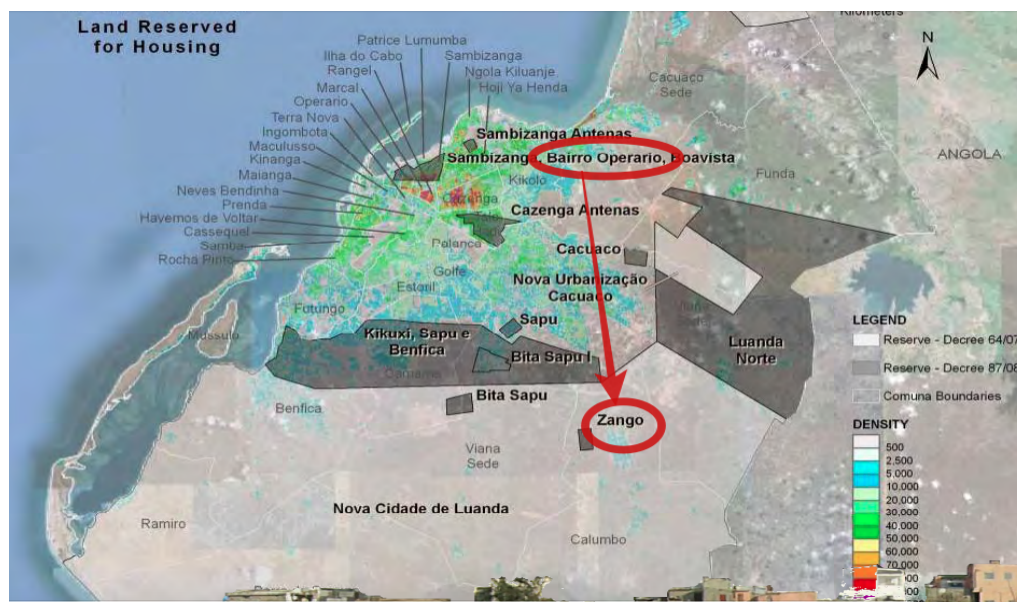


Figura 41: Distância entre o Bairro Operário e o Zango



Figura 42: Casas Modelo do Zango

Estas situações acabaram por revelar-nos que:

- Os anexos constituem uma fonte de rendimento para inúmeras famílias;
- A densidade populacional do bairro pode ser explicada pela sua acessibilidade e o custo médio das rendas mesmo nas condições atuais do bairro;
- A condição de salubridade da grande maioria das habitações deu-nos dados sobre a condição socioeconómica dos residentes; o que significa que os moradores não se enquadram nos requisitos para serem realojados no bairro, mesmo querendo residir novamente no mesmo, não teriam capacidade económica nem financeira para suportar qualquer custo.
- O lixo a céu aberto, as águas paradas que se formam em dias de chuvas pela falta de esgotos, a falta de iluminação, são preferíveis, para os inquiridos, ao ir para o Zango. Verifica-se aqui que o ato de habitar não depende somente de questões de salubridade ou funcionalidade;
- Pelo grande número de casas construídas pelos próprios moradores significa que se trata de um bairro praticamente autoconstruído, em que os residentes mais antigos dispenderam de muitos recursos materiais para conseguir ter o mínimo de qualidade de vida quando ninguém poderia fazer por eles;
- Se os processos de requalificação não tiverem uma visão integrada e não estiverem articulados com os problemas de mobilidade e acessibilidade da cidade, as intervenções só irão intensificar os problemas de segregação espacial e exclusão social.

V.4. Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda

Uma das cidades que mais cresce no mundo em termos demográficos é Luanda, projeta-se um crescimento de 12,9 milhões de habitantes até 2030 (PDGML, 2015). Os musseques constituem 49% da malha urbana de Luanda (Idem), cerca de 70% de toda a área metropolitana (CEICA, 2017) e 80% dos luandenses vive em musseques. É dentro desta problemática que reside um dos grandes desafios em termos de planeamento urbano para esta metrópole, que é o de criar um território equilibrado que garanta uma cidade não fragmentada, inclusiva e em harmonia com o Meio Ambiente.

No Plano de Desenvolvimento Provincial 2013/2017 para Luanda (PDPL), a requalificação e a reabilitação dos centros urbanos e rurais foram apresentadas como soluções para responder aos desafios da densidade e saturação populacional da cidade, com a possibilidade de fixar as populações nos locais ao mesmo dinamizando estes espaços (PDPL, 2013). Neste sentido há uma abordagem relativamente a reestruturação dos musseques a partir de “ações no domínio da regeneração de áreas de assentamento informais com génese em musseque, na perspetiva de renovar ou reabilitar” (PDPL, 2013).

Com o objetivo de dar seguimento as propostas do PDPL através de estratégias regenerativas espaciais, o novo plano diretor sugere algumas ações de intervenção nos musseques que passam por haver inicialmente uma concordância entre processos de regeneração, políticas prioritárias e compromissos de financiamento que permitem a gestão eficiente do uso dos solos, a definição de áreas prioritárias para processos de renovação, regeneração, reabilitação ou requalificação, o estabelecimento de critérios para a preservação dos edifícios antigos, e fundamentalmente ligações que possibilitem uma conexão fluída entre os vários centros urbanos que compõe os sistema urbano de Luanda (PDGML, 2015).

Conforme o PDGML, os programas de requalificação urbana têm como objetivo criar melhores condições de habitabilidade nos bairros da cidade; todavia os programas abrangem também zonas de risco onde o “processo de realojamento se afigura incontornável” (PDGM, 2015). Dessa forma, pelo PDGML considerar para as áreas degradadas e de risco processos de requalificação através de um aumento da funcionalidade do ambiente urbano e da sua sustentabilidade, deduz-se que para processos de requalificação no contexto angolano não sejam consideradas outras variáveis para além da salubridade e habitabilidade. Se considerarmos que o modelo de requalificação do Bairro Operário for implementado nos restantes bairros nas mesmas condições, significa que os espaços requalificados irão acolher indivíduos economicamente capazes de habitar as novas áreas qualificadas. Assim a distância física que acaba por separar os indivíduos através dos seus níveis de rendimento, tornar-se-á social também porque não será somente uma separação física das pessoas. O espaço físico acaba por refletir diferenças sociais e económicas se considerarmos o acesso a

determinados bens e serviços, constituindo-se como uma forma subtil de violência simbólica (Bourdieu, 1991).

Incorporação Insensível das Estruturas de Ordem Social

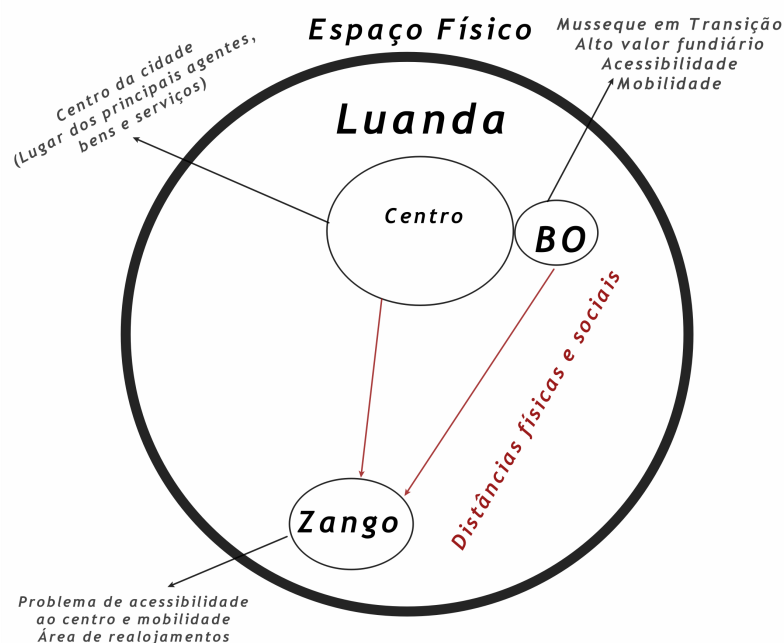


Figura 43: Incorporação de estruturas sociais no espaço

Relativamente à questão do património cultural de Luanda e da sua preservação, o PDGML mostra uma visão centrada em referências culturais materiais que são definidas como “património cultural de Luanda” embora compreenda referências dos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Contudo, nesta vertente, são considerados elementos de “inspiração cultural” para processos regeneração o “núcleo histórico da cidade” que é a parte baixa da cidade, assim como outros núcleos edificados definidos como “núcleos de património edificado histórico”. Acredita-se que esta categorização esteja assente numa visão eurocêntrica a partir de variáveis que são consideradas referências históricas e, por conseguinte, patrimonializáveis, ou seja, não considera que outros espaços físicos possam igualmente ser conservados pela sua *historicidade* a partir de outras conceções. Apesar de se defender a requalificação ou regeneração dos musseques, tendo em conta o seu espaço físico enquanto elemento fulcral para a definição de estratégias estruturais, não se reivindicam os musseques como património urbano. Considera-se, portanto, que pelo

facto de não ser considerada a relevância histórica dos musseques na construção de um sentido de pertença e de identidade onde se encontra vislumbrado o direito à vida urbana e a legitimação de qualquer um fazer a sua história, os processos de intervenção escolhidos para os musseques têm em consideração somente o aspeto físico, não considerando que sendo um espaço humano, são por conseguinte, um espaço social carregado de valores culturais e identitários. A partir disso, tendo em conta e ao mesmo tempo reconhecendo que as questões de salubridade, habitabilidade são elementos muito importantes, tenta-se aqui dar legitimidade ao “valor de uso” (Choay, 2015) dos lugares tendo em conta a sua história, mas integrados num plano de ordenamento local que simbolize a sua relação com a vida presente (Idem).

V. 5. Luanda: para quem se requalifica?

“(...) em nome da ciência se esqueceram outras sabedorias, outras aproximações. A ciência se foi convertendo em algo muito pouco científico, uma acomodada certificação daquilo que pensa ser a realidade. Perdeu-se a disponibilidade para experimentar outras vias de conhecimento” (Couto, 2005).

A história da cidade de Luanda está ligada a processos complexos e num momento em que se procura refletir sobre as correntes que guiam o novo urbanismo em Angola, torna-se essencial a exploração de circunstâncias que nos apresentem de forma clara e rigorosa os vários períodos que marcaram o crescimento urbano de Luanda, para que a partir dessa contextualização se reconheça a necessidade de uma meditação profunda sobre os verdadeiros desafios e constrangimentos da Luanda contemporânea e dos problemas do quotidiano dos luandenses. É por se reconhecer a necessidade de se enquadrar os contextos, que antes de se analisar o processo de intervenção escolhido pelo Governo de Angola para o Bairro Operário, se fez um enquadramento temporal e espacial do bairro inserido num contexto mais amplo que é o da própria história da cidade de Luanda. A exposição que se faz no capítulo quatro, sobre o pensamento

urbanístico do século XX que moldou o espaço urbano da cidade de Luanda influenciando as dicotomias: cidade branca vs cidade negra, cidade formal vs cidade informal, cidade europeia vs cidade africana, cidade planificada vs cidade espontânea, teve como objetivo compreender a dificuldade que a adoção de conceitos sem questionamento prévio explica a dificuldade que hoje se encontra em definir o que é património urbano em Luanda, o que se pode preservar, especialmente num contexto de pós conflito militar, em que a cidade sofreu um boom demográfico, que grande parte do tecido urbano se encontra degradado e que 80% da população vive em musseques, sendo que 43% deles são musseques não estruturados (PDGML, 2015).

Apesar de se reconhecer que, nos processos de requalificação urbana, a importância histórica dos musseques deve constituir-se como elemento dinamizador, é inegável que o contexto sociocultural, socioeconómico, demográfico e político atual da cidade é preponderante na definição de estratégias que melhor se adequem à realidade dos lugares.

Como se viu, o Bairro Operário nasceu num momento onde houve uma transição na política colonial e, como tal, a matriz funcionalista adotada intensificou a segregação espacial, e consequentemente alimentou uma divisão física e simbólica da cidade, a cidade “legal/formal” e a ilegal/informal (Moassab, 2013), assim como a construção de estigmas relativamente aos lugares onde habitava a população africana. No meio dessa estratificação do espaço cada lugar fez e a sua história e foi palco de variados discursos, de “tradicional português”, de “tradicional africano” ou ainda de “verdadeiro espaço urbano luandense”. Do que se viu nos capítulos anteriores, pode-se dizer que havia duas (ou várias) cidades, ambas palco de variados discursos, mas com objetivos claramente diferentes. O que era defendido como “verdadeiro espaço urbano luandense” ou o “fulcro de toda a vida urbana” dependia de quem o fazia e porque o fazia. Para o colono português, a cidade de “arquitetura portuguesa” era um verdadeiro sinal da supremacia da civilização europeia (Batalha, 1950), de tal forma que as declarações manifestadas em defesa do que ficou caracterizado como “património histórico” na segunda metade do século XX tiveram como objetivo a preservação do que Fernando Batalha considerou como “valores tão expressivos da cultura portuguesa” e “fatores de soberania política” (Batalha, 1950).

Para a população africana a busca de lugares simbólicos tornou-se mais do que necessária num momento em que os planos de urbanização e de habitação, seguindo os princípios funcionalistas do urbanismo moderno que Andreia Moassab analisou (Moassab, 2012), começaram a segregar mais intensamente o espaço urbano e tornou-se, dessa maneira, imperativa a construção de lugares que representassem uma “identidade angolana” ou que simbolizassem o “desejo de libertação do povo angolano” (Nascimento, 2015, p.99).



Figura 44: Panorâmica do Bairro Operário

Sendo relevante questionar os processos de patrimonialização dos lugares, sabe-se que a ideia de preservação não é aplicada à totalidade das referências culturais porque não segue um percurso natural mas sim de objetivações. E acredita-se por isso que a ideia de “património histórico” preconizada em contexto Luandense vai justificar a construção de discursos que inúmeras vezes defendem o “núcleo urbano antigo da cidade” como “centro histórico” ou como “património urbano de Luanda” sem antes questionar as condições em que estes conceitos foram desenvolvidos. O que é histórico na verdade? Não serão todos os espaços que se criaram de forma singular património, ou seja, uma herança comum de todos?

O simbólico não é somente representado materialmente (Costa, 2008, p. 155), ele está expresso também no conteúdo social, através das relações de sociabilidade as quais

desempenham um papel fundamental na representação dos indivíduos que integram o lugar (Idem). Não poderá então todo e qualquer fragmento urbano antigo ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial de uma forma que simbolize a sua relação com a vida presente (Choay, 2015)? Não se poderão proteger os fragmentos urbanos antigos pelo seu carácter simbólico ou simplesmente pelo testemunho arquitetónico que representam? Importa levantar estas questões não no sentido de teorizar, mas de reivindicar o sentido dos lugares num momento de grande incerteza quanto ao futuro da cidade, e de negar um modelo de desenvolvimento urbano que os exclui e marginaliza.

Neste sentido, os processos e mecanismos que integram os novos instrumentos de planeamento urbano cujo o objetivo é fazer face aos desafios da Luanda contemporânea deverão considerar a sua essência multicultural e agir em conformidade, o que significa que é essencial enquadrar os lugares no espaço e no tempo. É por este motivo que os processos de requalificação urbana tentam estar em sintonia com os aspetos históricos e a realidade social do lugar. Se aplicarmos esta condição ao caso de Luanda onde 80% da população vive em musseques, a definição do que é o melhor para todos não pode considerar como exclusivas as questões do espaço físico (salubridade e habitabilidade). Requalificar os musseques a partir de uma visão que considere aspetos históricos e simbólicos não significa negar os seus problemas infraestruturais porque melhorar os lugares em termos físicos não pode ser sinónimo de exclusão e marginalização social, e de um modelo urbanístico que impede o direito à vida urbana à população economicamente mais pobre. Reconhecendo-se que se trata de uma situação complexa, defendemos que requalificar em Luanda deve representar um conjunto de ações e mecanismos que vão desde a infraestruturação dos musseques à valorização do seu espaço social através de medidas concretas e conciliáveis de dinamização económica e valorização cultural.

CAPÍTULO VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é o resultado de dois anos de análise e compreensão das problemáticas urbanas no mundo contemporâneo. Inicialmente, a escolha desta área de estudos teve origem numa vontade de encontrar soluções para o problema de mobilidade em Luanda, a qual, que para quem lá vive, será das questões mais difíceis de gerir no quotidiano luandense. Este interesse levou-me a pesquisar sobre uma área de estudos que me permitisse conhecer mais sobre as dinâmicas das cidades e nesta busca surge o mestrado em Estudos Urbanos numa Universidade em Lisboa. A ideia pareceu-me interessante até começar esta dissertação e perceber que seria um grande desafio estudar Luanda a partir de abordagens que se centraram quase integralmente no contexto europeu. Embora se reconheça esta lacuna, a riqueza de todo o material que serviu de suporte bibliográfico e das conceções teóricas e analíticas que lhe estão subjacentes, apesar do desafio, foi essencial para a construção do pensamento crítico que guiou esta dissertação.

As questões abordadas ao longo deste trabalho foram influenciadas pelas consequências do rápido crescimento da cidade de Luanda e que têm estimulado a definição de programas, planos e processos de reestruturação da malha urbana de Luanda. Assim, com o objetivo de conhecer as circunstâncias e os princípios que regem o desenvolvimento das intervenções em alguns espaços urbanos da cidade de Luanda, decidiu-se analisar o Bairro Operário, hoje classificado como um musseque de transição, criado no tempo colonial, localizado no perímetro central da cidade, altamente densificado, e parte de um plano de requalificação que iniciou em 2015.

Pelo que se observou ao longo do trabalho, e fundamentalmente pela análise descrita no capítulo cinco, considera-se que as estratégias que têm sido definidas para a reestruturação dos musseques são reflexo de uma leitura desenquadrada daquilo que eles realmente representaram e representam na história política do país e que a conotação pejorativa que o musseque hoje tem, uma importação do tempo colonial, está fundada em representações distorcidas da realidade, ou em “não realidades”, que não reconhecem o valor identitário dos musseques. Apesar de hoje os musseques envolverem Luanda numa mancha contínua, e porque atualmente se define como musseque todo o aglomerado urbano construído na areia batida, como se viu, os musseques não têm todos a mesma

trajetória, pois nasceram em períodos e circunstâncias diferentes. Portanto estamos a falar de lugares heterógenos do ponto de vista da sua história, estrutura e identidade própria. Como tal, estas são questões importantes e que devem ser consideradas antes de se definir qualquer processo de intervenção urbana que tenha como objetivo criar melhores condições de habitabilidade e qualidade de vida para as pessoas.

Dessa forma, considera-se necessário que sejam definidos mecanismos concretos de valorização dos musseques a partir de uma visão que ao mesmo tempo que procura que procura responder aos problemas de infraestruturação, salubridade ou habitabilidade, crie condições para que as suas referências culturais sejam igualmente preservadas. Embora se reconheça que essa forma de se tratar a cidade tenha influência de outras realidades, defende-se esta perspetiva como resposta à pressão exercida por forças globais que têm influenciado a configuração das cidades e de que a evolução recente de Luanda é uma prova concreta. Constitui-se assim como uma estratégia que procura proteger os musseques em Luanda mediante a valorização do seu património sociocultural que se reconhece como identitário e elemento de coesão social.

Se, no século XX, a matriz funcionalista do urbanismo moderno, a partir da elaboração de planos urbanos, ajudou a consolidar a política colonial, e consequentemente a intensificar segregação social no espaço urbano de Luanda, hoje os planos urbanos seguem a mesma tendência de segregação socioespacial com uma peculiar diferença: a de que hoje o número de atores que influenciam os planos de desenvolvimento urbano e configuram o espaço urbano são maiores e com interesses cada vez mais divergentes. A partir disso, torna-se urgente definir um caminho verdadeiro de desenvolvimento urbano a partir das lições do passado, porque um urbanismo dependente do capital de grandes grupos económicos não irá resolver os problemas de Luanda, muito pelo contrário, irá intensificá-los. O desejo de modernizar Luanda não pode alimentar intervenções culturalmente insensíveis que manipulam a realidade em nome do crescimento económico.

Considera-se, portanto, que não se definem formas concretas de intervenção nos musseques porque não existe uma linha coerente entre as lições do passado e as circunstâncias em que hoje se vive. Produz-se modelos sem refletir verdadeiramente sobre as consequências da intensificação da segregação socioespacial, que impede de qualquer indivíduo ter um espaço na cidade e de, ao mesmo tempo, fazer a sua história.

Criar condições de habitabilidade para o Bairro Operário através de um processo de requalificação significa melhorar a vida das pessoas que lá vivem e não melhorá-lo para pessoas que possam ser eventualmente mais “atrativas” do ponto de vista social, cultural ou económico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, Ilídio (1968). *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. Nº53, segunda série. Lisboa
- Ascher, François (2012). *Novos Princípios do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos*. 3ª edição. Editora Livros Horizonte. Lisboa
- Batalha, Fernando (1950). *A Urbanização de Angola*. Edição do Museu de Angola. Luanda.
- Benedict, Ruth (197-). *Padrões de Cultura*. Edição Livros do Brasil. Lisboa
- Bettencourt, Andrea (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: os musseques de Luanda*. Universidade Técnica de Lisboa. FAUTL. Lisboa
- Borges, João Melo (1995). *A Constituição do Estado Moderno em África*. Brief Paper nº2/95. Cesa. Lisboa
- Bell, Morag (1994). *Imagens, Mitos e Geografias Alternativas do Terceiro Mundo*. IN: Smith, Graham; Gregory, Derek; Martin, Ron. *Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro
- Bourdieu, Pierre (2008). *Miséria do Mundo. Cap.: Efeitos de Lugar*. 7ª edição. Editora vozes. Rio de Janeiro
- Carvalho, Flávia (2013). *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutoramento em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói
- Cara de A'njo, Frederico (2016). *Luanda: Memória e Património como Elementos Regeneradores do Tecido Urbano*. Projeto Final de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa. Lisboa
- CEDRU (1990). *VALIS – Estudo e Plano Estratégico de Preservação do Património Arquitectónico e Urbanístico de Lisboa*. Lisboa.
- Centro de Estudos Angolanos (CEA) (1975). *História de Angola*. Edições Afrontamento. Porto
- Costa, Otávio (2008). *Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares*. Edição

Comemorativa. Espaço e Cultura. Universidade Estatal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

- Couto, Mia (2005). *Pensatempos: textos de opinião*. Editorial Caminho. Lisboa
- Cruz, José Ribeiro da (1940). *Notas de etnografia angolana*. Sociedade Industrial de Tipografia. Lisboa
- Development Workshop Angola (2011). *Urban land markets land markets for housing*. Operation of the Land Market Studies Operation of the Land Market Studies Maputo and Luanda. Luanda
- Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (2013). *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais*. Edições/Lda. Lisboa
- Dopcke, Wolfgang (1999) A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.42 no.1. Brasília
- Faitanin, Ramona (2012). *O Planeamento como Instrumento de Reconciliação entre Preservação e o Desenvolvimento Urbano: O Caso da Cidade de Vitória*. Dissertação Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória
- Fonte, Maria Manuela (2007) *Urbanismo e Arquitectura em Angola – De Norton de Matos à revolução*. Tese de doutoramento em Planeamento Urbanístico não publicada, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa
- Fonte, Maria Manuela (2012). *Urbanismo e Arquitectura em Angola*. Edição Caleidoscópio. Lisboa
- Harvey, David. (2008) *The Right to the City*. New Left Review. London
- Hobsbawm, Eric J (2002). *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 7ª edição, Editora Paz e Terra. São Paulo.
- ISCTE / CET Observatório do QCA III (2005). *Políticas públicas de Revitalização Urbana. Reflexão para a formulação estratégica e operacional das atuações a concretizar no QREN*. Relatório final. Lisboa.

- Lefebvre, Henri. (2012) *O Direito à Cidade*. 1ª edição portuguesa. Estúdio e Livraria Letra Livre. Lisboa
- Martins, Sebastião (2015). *Labirintos Mundiais*. Edições sílabo. Lisboa
- Mendes, Luís. (2011) Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, vol. 13, n.º 26, pp.473-495. São Paulo
- Mbokolo, Elikia (2007) *África Negra - História e Civilizações – até ao século XVIII*. Edições Colibri. Lisboa
- Moreira, Graça. (2007). *Requalificação Urbana – alguns conceitos básicos*. FAUTL. Lisboa
- Moura, Dulce; Guerra, Isabel; Seixas, João; Freitas, Maria João. (2006). *A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 12/13, pp. 15-34.. Lisboa
- Nascimento, Washington Santos. (2015). *Das Ingombotas ao bairro operário: políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luandense (Angola, 1940-1960)”. Locus: revista de história; v. 20, n. 2 p. 79-101. Juiz de Fora*
- Oliveira, A. Aguedo (1954). *A Cidade de São Paulo de Assunção de Loanda*. Ensaio de crítica histórica e económica. Lisboa
- Organização das Nações Unidas (1972). *Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris.
- Pinto Oliveira, Alberto (2012) *Angola e as Retóricas Coloniais*. Edições Chá de Caxinde. Luanda
- Raymond, Quivy; Campenhoudt, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa
- Redinha, José (2009). *Etnias e Culturas de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Edição AULP. Luanda
- Robson, Paul; Roque, Sandra (2001). *Aqui na cidade nada sobra para ajudar*. Publicado pela Development Workshop. Luanda.

- Rodrigues, Cristina (2003). *Recomposição Social e Urbanização em Luanda*. Centro de Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa
- Rorato, Sérgio (2016). *A (des)socialização do negro em Kinaxixe de Arnaldo Santos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo
- Roque, Sandra (2012, Março 26). *Cidade and bairro: classification, constitution and experience of urban space in Angola*. Social Dynamics: A journal of African studies. Maputo
- Santos, Jacques Arlindo (1999). *O ABC do Bê Ó*. Edição Chá de Caxinde. Luanda
- Sassen, Saskia (1998). *As Cidades na Economia Global*. Studio Nobel. São Paulo
- Souza, Marcelo Lopes (1998). *Desenvolvimento Urbano: A problemática renovação de um conceito-problema*. Revista Território. Rio de Janeiro
- Silva, Ana (2011). *Requalificação Urbana: O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Coimbra. Coimbra
- Tostões, Ana (2014). *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Editora Caleidoscópio. Lisboa
- United Nations (1990). *Human Development Report*. United Nations Development Programme. Oxford University Press. Vancouver
- UNESCO (2011, 10 Novembro). *Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions*. General Conference.
- UN-Habitat (2014). *The State of African Cities: Re-imagining sustainable urban transitions*.
- UN-Habitat (2016). *Urbanization and development: Emerging Futures*. World Cities report.
- United Nation (2016). *The World's Cities in 2016*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division.

PLANOS:

CML (2001). *Planeamento Diagnóstico Sociourbanístico da cidade de Lisboa uma perspectiva censitária*. Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano.

GPL (2013). *Plano de Desenvolvimento Provincial 2013-2017*. Luanda.

IPGUL (2015). *Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda*. Luanda

IPGUL (2015). *Plano Luanda: Construção de uma cidade para o futuro*. Luanda

FONTES DA INTERNET:

- África 21 Digital (2014, 16 Dezembro). *Prosseguem obras de requalificação do antigo Bairro Operário na capital angolana*. Acedido a 12 de Junho de 2017 em: <https://africa21digital.com/2014/12/16/prosseguem-obras-de-requalificacao-do-antigo-bairro-operario-na-capital-angolana/>

- ANGOP (2015, 3 de Fevereiro). *Comissão Económica aprecia projectos de reconversão dos Bairros Sambizanga e Bairro Operário*. Acedido a 12 de Junho de 2017 em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2015/1/6/Comissao-Economica-aprecia-projectos-reconversao-dos-Bairros-Sambizanga-Operario,b661bbeb-bda7-40c4-9601-941d820cf768.html?version=mobile

- Cambala, Rodrigues (2011, 6 Dezembro). *Nova Vida no Zango*. Acedido a 4 de Julho em: http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/nova_vida_no_zango

- Centros de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) (2017). *Projecto Catambor*. Acedido a 19 de Outubro de 2017 em: <http://africaarchitectureawards.com/pt/entry/catambor/>

- Centros de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) (2017). *Museke documentário*. Acedido a 19 de Outubro de 2017 em: <https://www.youtube.com/watch?v=7mrS629qyFY>

- Cardoso, Pedro (2016, 21 Abril). *Bairro Operário*. Acedido a 16 de Junho de 2017 em: <http://www.redeangola.info/roteiros/bairro-operario/>

Cristóvão, Edivaldo (2011, 25 Maio). *Bairro Catambor em modernização*. Jornal de Angola. Acedido a 19 de Outubro em: http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/bairro_catambor_em_modernizacao

- Fonseca, Bruno (2015, 3 Fevereiro). *Programa de requalificação em Luanda obriga ao realojamento de 25 mil famílias*. Jornal O Observador. Acedido a 2 de Julho de 2017 em: <http://observador.pt/2015/02/03/programa-de-requalificacao-em-luanda-obriga-ao-realojamento-de-25-mil-familias/>

- Jornal de Angola (2011, 21 Agosto). *Edifícios modernos no Bairro Operário*. Acedido a 12 de Junho de 2017 em: http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/edificios_modernos_no_bairro_operario

- Moassab, Andreia (2013). *Algumas Linhas Sobre a Urbanização de Angola*. Revista Buala. Acedido a 5 de Agosto em: <http://www.buala.org/pt/cidade/algumas-linhas-sobre-a-urbanizacao-colonial-em-angola>

- Simão, Yara (2015, 21 Setembro). *Requalificar os musseques leva dignidade às populações*. Jornal de Angola. Acedido a 19 de Julho em: http://jornaldeangola.sapo.ao/entrevista/requalificar_os_musseques_leva_dignidade_as_populacoes

ENTREVISTAS:

Ramalho, Thomaz (2016, 16 Outubro). *Temos que estar preparados para urbanização dos musseques*. Jornal de Angola. Texto: Júnior, Nhuca.

Secchi, Bernardo (2004). *Renovatio Urbis*. Entrevista em Vitruvius. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/05.018/3330?page=6>

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Proposta de limites urbanos do PDGML-2015

Figura 2: Localização do Bairro Operário

Figura 3: Estrutura da distribuição e características dos entrevistados

Figura 4: Mapa das migrações Bantu

Figura 5: Fortaleza de S. Miguel em Luanda

Figura 6: Vista de Luanda – 1856

Figura 7: Vista da cidade de Luanda

Figura 8: Planta da cidade de S. Paulo de Loanda

Figura 9: Cidade de Luanda – arquitetura do Séc. XVII e XVIII

Figura 10: Musseque das Ingombotas no início do século XX

Figura 11: Marginal de Luanda, anos 60

Figura 12: Mutamba – Baixa da Cidade

Figura 13: Mercado do Kinaxixi – 1957

Figura 14: Kinaxixi, anos 60

Figura 15: Plano de Urbanização de Luanda - 1949

Figura 16: Plano de Urbanização da Cidade de Luanda - 1957

Figura 17: Planta de zonagens do Plano Diretor de Luanda - 1971

Figura 18: Expansão da Malha Urbana de Luanda 1975-2013

Figura 19: Expansão Urbana de Luanda (1647-2015)

Figura 20: Luanda – Área do Projeto do PDGML

Figura 21: Estrutura de desenvolvimento do PDGML

Figura 22: Tipologia dos assentamentos em Luanda

Figura 23: Vista aérea da cidade de Luanda. Bairros Catambor e Prenda (2015)

Figura 24: Habitação do tempo colonial (construção de madeira e telhado de zinco)

Figura 25: Crianças nas ruas do bairro

Figura 26: Habitação do tempo colonial (construções de tijolo e telhado de zinco)

Figura 27: Diferentes tipologias de habitação

Figura 28: Construção do tempo colonial

Figura 29: Conjunto Habitacional do Bairro Operário

Figura 30: Enquadramento do Bairro Operário na malha urbana

Figura 31: Área de intervenção

Figura 32: Proposta do Edificado

Figura 33: Edifícios propostos

Figura 33: Moradias propostas

Figura 33: Esboço das diretrizes do projeto

Figura 36: Diretrizes do plano

Figura 37: Proposta de Zoneamento do Anteprojeto de Requalificação

Figura 38: Parâmetros de uso e ocupação do solo

Figura 39: Análise de declarações oficiais – Trechos de notícias de jornais nacionais

Figura 40: Localização do Edifício Anangola

Figura 41: Distância entre o Bairro Operário e o Zango

Figura 42: Casas Modelo do Zango

Figura 43: Incorporação de estruturas sociais no espaço

Figura 44: As ruas do Bairro Operário

LISTA DE FONTES DAS FIGURAS UTILIZADAS:

Figura 1: Proposta de limites urbanos do PDGML 2015; Fonte: Adaptado do PDGML- 2015

Figura 2: Localização do Bairro Operário; Fonte: Google Maps (adaptado pela autora)

Figura 3: Estrutura das entrevistas; Entrevistas realizadas pela autora no Bairro Operário

Figura 4: Mapa das migrações Bantu; Fonte: <http://aryanism.net/culture/aryan-race/aryan-diffusion-part-5/>

Figura 5: Fortaleza de S. Miguel em Luanda; Fonte: <http://fotografiaexadres.blogspot.pt/search/label/Angola>

Figura 6: Vista de Luanda em 1856; Fonte: <http://fotografiaexadres.blogspot.pt/search/label/Angola>

Figura 7: Vista da Cidade de Luanda; Fonte: <http://fotografiaexadres.blogspot.pt/search/label/Angola>

Figura 8: Planta da Cidade de S. Paulo de Loanda; Fonte: Fonte, Manuela; 2007.

Figura 9: Cidade de Luanda – Arquitetura do Séc. XVII e XVIII; Fonte: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC1057>

Figura 10: Musseque das Ingombotas no início do século XX; Fonte: Nascimento, 2012.

Figura 11: Marginal de Luanda, anos 60; Fonte: Fonte, Manuela; 2007.

Figura 12: Mutamba – Baixa da Cidade, meados do séc. XX

Figura 13: Mercado do Kinaxixi – 1957; Fonte: Fonte, Manuela; 2007.

Figura 14: Kinaxixi, anos 60; Fonte: <http://fotografiaexadres.blogspot.pt/search/label/Angola>

Figura 15: Plano de Urbanização de Luanda, 1949; Fonte: Fonte, Manuela; 2007.

Figura 16: Plano de Urbanização da Cidade de Luanda ,1957; Fonte: Fonte, Manuela; 2007.

Figura 17: Planta de zonagens do Plano Diretor de Luanda, 1971; Fonte: Fonte, Manuela; 2007.

Figura 18: Expansão da Malha Urbana de Luanda 1975-2013

Figura 19: Expansão Urbana de Luanda (1647-2015); Fonte: PDGML 2015

Figura 20: Luanda – Área do Projeto do PDGML; Fonte: PDGML 2015

Figura 21: Estrutura de desenvolvimento do PDGML; Fonte: PDGML 2015

Figura 22: Tipologia dos assentamentos em Luanda; Development Workshop, 2011.

Figura 23: Vista aérea da cidade de Luanda. Bairros Catambor e Prenda (2015); Fonte: Angola Image Bank, 2015

Figura 24: Habitação do tempo colonial (construção de madeira e telhado de zinco); Fonte: Autora

Figura 25: Crianças nas ruas do bairro; Fonte: Autora

Figura 26: Habitação do tempo colonial (construções de tijolo e telhado de zinco); Fonte: Autora

Figura 27: Diferentes tipologias de habitação; Fonte: Autora

Figura 28: Construção do tempo colonial; Fonte: Autora

Figura 29: Conjunto Habitacional do Bairro Operário; Fonte: Autora

Figura 30: Enquadramento do Bairro Operário na malha urbana; Fonte: Anteprojeto de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 31: Área de intervenção; Fonte: Plano de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 32: Proposta do Edificado; Fonte: Plano de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 33: Edifícios propostos; Fonte: Plano de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 33: Moradias propostas; Fonte: Plano de Requalificação do Bairro Operário, GPL

Figura 35: Esboço das diretrizes do projeto; Fonte: Anteprojeto de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 36: Diretrizes do plano; Fonte: Anteprojeto de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 37: Proposta de Zoneamento do Anteprojeto de Requalificação; Fonte: Anteprojeto de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 38: Parâmetros de uso e ocupação do solo; Fonte: Anteprojeto de Requalificação do Bairro Operário, GPL.

Figura 39: Análise de declarações oficiais – Trechos de notícias de jornais nacionais; Fonte: <https://africa21digital.com/2014/12/16/prosseguem-obras-de-requalificacao-do->

antigo-bairro-operario-na-capital-angolana/;

http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/edificios_modernos_no_bairro_operario

Figura 40: Localização do Edifício Anangola; Fonte: <http://acrimararquitectura.blogspot.pt/2015/01/musseque-as-centralidades-como.html>

Figura 41: Distância entre o Bairro Operário e o Zango:

Figura 42: Casas Modelo do Zango; Fonte: Foto de Pedro Parente

Figura 43: Incorporação de estruturas sociais no espaço (adaptado a partir de abordagens de Bourdieu).

Figura 44: As ruas do Bairro Operário; Fonte: <http://www.redeangola.info/roteiros/bairro-operario/>

ANEXO I. Guião das entrevistas aos moradores do Bairro Operário

Guião de entrevistas aos moradores
1- Há quanto tempo reside no Bairro Operário?
2- Quando é que foi informado que haveria uma intervenção desta natureza no bairro?
3- Houve alguma reunião entre os moradores e os responsáveis oficiais do plano? Se sim, o que lhe foi dito?
4- Foi-lhe proposto ir para o Zango ou para o Edifício Anangola?
5- Sabe se o realojamento será temporário ou definitivo?
6- O que sente relativamente à proposta de requalificação?
7- Já alguma vez esteve no Zango?

ANEXO I . Guião das entrevistas aos técnicos IPGUL e da Administração Municipal de Luanda

Guião da entrevista aos técnicos do IPGUL e Administração Municipal de Luanda
1- Que modelo estratégico de requalificação foi definido para o Bairro Operário?
2- Os realojamentos serão provisórios ou permanentes? Ou seja, as pessoas que foram realojadas no Zango voltarão para o bairro?
3- Os realojamentos já começaram. Alguns moradores foram para o edifício Anangola e outros para a centralidade do Zango. Que critérios estiveram na base dos realojamentos?
4- O que se pretende recuperar e demolir no Bairro Operário?

5- Relativamente à população mais idosa, que sobrevive com o comércio de rua, que medidas se pensa tomar para estas pessoas?
6- De que forma será garantido que as populações realojadas no Zango acedam ao centro de emprego que ainda é o município de Luanda?
7- Em que ponto se encontra o plano atualmente?